



AVENÇA

AVENÇA

N.º 46
ANO III
MARÇO
1977
MENSAL
PREÇO 10\$00

Orgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
TIPOGRAFIA-ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua da Artilharia 1

1970-1980

Década da Reabilitação

A organização internacional REHABILITATION INTERNATIONAL proclamou, em 24 de Setembro de 1970, a década da reabilitação. Eis algumas das razões que levaram à proclamação da década da reabilitação, constantes do preâmbulo da declaração:

— Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, afirma a Declaração Universal dos Direitos do Homem...

— Aos deficientes, físicos ou mentais, são conferidos os mesmos direitos, mas, para a sua concretização, é exigido um esforço especial por parte destes, suas famílias e pela sociedade...

— Nenhum país dispõe de serviços totalmente eficientes neste sentido. Muitos países só agora começam a especializar-se nesta matéria e a desenvolver as instituições necessárias para este fim. Todos os países devem dar uma maior prioridade à solução dos problemas...

— O crescimento previsto da população, o avanço na capacidade do homem em preservar a vida, expansão do uso

do automóvel e outros aparelhos mecânicos, estes e outros factores levam a um cada vez maior número de pessoas deficientes com problemas cada vez mais complexos...

— Incapazes de garantir os direitos de todos os deficientes que existem presentemente, não estamos preparados para a crise que no futuro afectará todas as famílias, todas as comunidades, todas as nações.

A proclamação da década da reabilitação, com o conjunto de actividades dinamizadoras que no seu âmbito se têm realizado, assume uma importância fundamental se nos



lembramos que, segundo a revista International Rehabilitation, dos 450 milhões de pessoas deficientes que existem no mundo mais de 300 milhões não têm o apoio especial de que necessitam. Estes 300 milhões de deficientes aumentam a um ritmo de 3 milhões em cada ano.

Segundo a revista International Rehabilitation, tem-se consciência que a problemática dos deficientes não afecta um pequeno sector da população, trata-se de um dos maiores problemas de ordem económica, social e de saúde que se coloca ao ser humano. O seu impacto directamente nos próprios deficientes, nas suas famílias e nas suas comunidades tem de ser reconhecido e encarado na perspectiva de dar significado aos conceitos de dignidade e direitos do homem proclamados.

O QUE É A DÉCADA DA REABILITAÇÃO

Segundo a revista International Rehabilitation, a década da reabilitação é uma mobilização global de pessoas, ideias e recursos para desenvolver o que se está a fazer no campo da prevenção de deficiências e para reabilitar aqueles que se encontram física ou mentalmente deficientes.

PORQUÊ A DÉCADA DA REABILITAÇÃO?

É ainda a revista International Rehabilitation que responde, afirmando que mais de 450 milhões de pessoas têm diminuições físicas ou mentais que se transformam em deficiências sérias e que

NESTE NÚMERO PODE LER:

PÁGINA CULTURAL	Pág. 3
QUAL É A CORRECTA?	Pág. 4
VIDA ASSOCIATIVA	Pág. 5
DESPORTO NA ADFA	Pág. 7
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE CAPITÃES (livro de Diniz de Almeida)	Pág. 8
A TÉCNICA AO SERVIÇO DOS DEFICIENTES	Pág. 11
CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE INTEGRAÇÃO DE DEFICIENTES	Pág. 13
NOTICIÁRIO	Pág. 14

Grandes deficientes das F. A. não abrangidos por legislação poderão em breve ser contemplados pelo decreto-lei 73/76

A situação dos grandes deficientes das F. A. não abrangidos pelo decreto-lei 43/76 poderá em breve ser objecto de solução.

Esta hipótese poderá efectivamente tornar-se em realidade muito brevemente, segundo constatarem os responsáveis da ADFA que recentemente foram recebidos pelo Ministro da Defesa Nacional, Coronel Firmino Miguel.

Trata-se de um acto de justiça. Os grandes deficientes, sobretudo tetraplégicos paraplégicos, cegos, etc., lutam com dificuldades de sobrevivência inimagináveis quando não sendo abrangidos por qualquer legislação, não recebem pensão, não têm direito a assistência e têm, na esmagadora maioria dos casos, uma família de recursos reduzidos para quem representam um peso insuportável. Alguns encontram-se internados no Lar Militar em Lisboa (único em todo o País), onde têm alojamento e alimentação gratuita, mas, sem uma reabilitação a devido tempo, nem os meios económicos indispensáveis para uma vida mini-

(Continua na pág. 12)

(Continua na pág. 14)

Editorial

Em Março de 1974, há precisamente três anos, os jovens oficiais do Movimento de Capitães preparavam afanosamente o 25 de Abril, entre as gigantescas dificuldades e a vigilância apertada do governo fascista.

Em Março de 1977, três anos depois, vive-se um ambiente semeado de vontades de regresso ao passado abertamente expressas. O liberdade que o 25 de Abril trouxe às classes desfavorecidas para lutarem pela melhoria das suas condições de vida tem sido bem aproveitada por aqueles a quem a revolução dos cravos ia despojando dos seus privilégios para tecerem toda uma rede tenebrosa (onde não faltam as bombas), à volta do valor e significado histórico do 25 de Abril tentando manietar boa parte da opinião pública por eles alienada durante décadas de obscurantismo, e levá-la a aceitar a agitação dos valores da exploração e da repressão devidamente camuflada por trás de expressões aceitáveis.

O 25 de Abril, oficialmente considerado dia de Portugal (contra a vontade de alguns), vai comemorar o seu 3.º aniversário. De que forma se revestirão as comemorações ainda não sabemos. Não se sabe sequer se os inimigos do progresso e da libertação do homem terão força suficiente junto do poder para impedir que seja uma festa popular em que o povo saia à rua, tal como há três anos atrás, festejando uma revolução que logo a partir da primeira hora passou a ser sua.

Mas o 1.º de Maio, seis dias depois do 25 de Abril, será a festa dos trabalhadores e, tal como há três anos atrás, aí os trabalhadores, num dia que é seu e do qual os capitalistas não se podem apropriar, festejarão o 25 de Abril e as conquistas alcançadas.

Os esforços que se estão a desenvolver para retirar ao 25 de Abril o seu significado histórico assumem expressão anti-nacional clara, tal como as atitudes tomadas contra aqueles que mais se destacaram no MFA e no derrube do fascismo, tal como as indemnizações que se pretende pagar aos grandes capitalistas, agrários e monopolistas com o dinheiro que deveria ser aplicado na satisfação das necessidades básicas da população.

O 25 de Abril de 1974 marcou o fim de 13 longos anos de guerras coloniais. Permitiu que não aumentasse o grande número de famílias que viam os seus filhos pais ou irmãos morrerem ou ficarem deficientes por uma causa que nada lhes dizia.

O 25 de Abril tem de ser festejado condignamente. E se não o for publicamente, se as entidades oficiais assim o não entenderem, esta data será comemorada dentro de cada um de nós, dentro de cada um e todos que decididamente não estão dispostos a permitirem que a força da exploração capitalista recaia novamente sobre o povo português.

AVISO AOS SÓCIOS

POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, QUE FIXOU O QUANTITATIVO MENSAL DAS QUOTAS A PAGAR PELOS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO (15\$00), TODOS OS ASSOCIADOS TÊM DIREITO A RECEBER O JORNAL DA ASSOCIAÇÃO («ELO») SEM QUAISQUER ENCARGOS.

Prestamos aqui esta informação porque nos apercebemos que esta deliberação da Assembleia Geral não é do conhecimento de todos os sócios, visto que alguns têm enviado o recorte do jornal «QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO DOS DFA» preenchido, requerendo assim a assinatura.

Aqui fica, pois, o esclarecimento — OS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO TÊM DIREITO A RECEBER O JORNAL SEM QUAISQUER ENCARGOS.

A COLUNA DO ZANGÃO

ZANGÃO ou ZANGÃO — Abe-lha macho. Nome vulgar de uma espécie de vespas: a picada do zangão é muito dolorosa.

Dic. Prático Ilustrado

Todos os transportes urbanos e sub-urbanos da capital têm uns lugares reservados para as pessoas, que por qualquer motivo estejam condicionados.

O Zangão esteve a pensar, ou melhor, a zumbir e não encontrou justificação para que aquela medida não seja extensiva aos comboios da Sociedade Estoril.

O Zangão, zumbiu, bateu as asas, abanou a cabeça e... nada. Até que lhe ocorreu aquele adágio muito conhecido: — «Não há regra sem excepção».

Pronto! Deve ser esta a razão — pensou o Zangão — pois se realmente todos os transportes tivessem os tais utilísimos lugares fazia-se um atentado à regra. Há que conservar os bons costumes. Que é lá isso de haver lugares reservados aos «Cegos, inválidos, grávidas e acompanhantes de crianças de colo»?

O Zangão continuou o seu monólogo roendo e remoendo e mais isto e mais aquilo, até que resolveu fazer publicidade das suas ideias. (Sabem, é que o Zangão de vez em quando também pensa... e quando utiliza o ferrão...)

E além disso que pensariam os nossos simpáticos visitantes se fossem admoestrados por um deficiente. Imaginem a bronca que não era se um turista «made in USA» tivesse que ceder o seu lugar a um «inválido».

E já que estamos à espera de enorme contingente de turistas, apereços acessíveis com escudo desvalorizado e coisa e tal, será bom — pensou, e muito bem o Zangão — que se avise urgentemente as entidades responsáveis pela «sociedade Estoril» para que recomende aos turistas que não entrem nos comboios nas «horas de ponta». Se forem os portugueses, vá que não vá, mas agora os nossos ambicionados dólares, perdão, turistas entrarem nos comboios a abarrotarem, com as pessoas mais comprimidas que o «cabaz de compras» seria uma ofensa.

Mas já agora senhores responsáveis pela «Sociedade Estoril», será muito difícil afixarem uns letreirozitos nas composições, reservando uns lugarzitos para as pessoas que não podem viajar de pé?

É lamentável que haja pessoas, caso de senhoras grávidas, com filhos ao colo, etc., que tenham que viajar de pé. Verdade seja dita que são inúmeras as pessoas que ignoram as dificuldades que as outras têm. Se houvesse um pouco mais de civismo, tais avisos seriam supérfluos, mas como infelizmente, se assiste todos os dias ao triste espectáculo que é ver-se uma pessoa escudar-se com um jornal ou «colhar distraidamente» através da janela só para não ceder o seu lugar a outra pessoa que dele necessite, o Zangão acha que os tais lugares reservados, como tem o metro, os autocarros, os eléctricos, etc., são de uma utilidade e necessidade extrema.

Por isso senhores responsáveis, o Zangão ficar-vos-ia muito grato se tomarem em consideração as suas ideias e se as mesmas forem satisfeitas, até porque a afixação dos letreiros indicativos dos lugares reservados não será muito dispendioso e creiam que muitas pessoas aplaudirão este gesto de boa-vontade.

O ZANGÃO

EFEMÉRIDES

MARÇO

DIA 1 (1921) — Foi fundado o Partido Popular da Mongólia. O Partido tinha como objectivos a luta contra o feudalismo rumo ao Socialismo.

★

DIA 2 (1919) — Abertura do Congresso que formaria a III Internacional. Um dos principais obreiros foi Lênin.

★

DIA 3 (1918) — Foi assinada a paz Brest-Litovsk em que o jovem Governo Socialista Soviético concedeu vastos territórios à Alemanha em troca da paz necessária para salvar a Revolução.

★

DIA 5 (1868) — Nasceu Rosa Luxemburg, grande lutadora alemã pelo socialismo e pela emancipação do proletariado.

★

DIA 6 (1921) — Fundação do Partido Comunista Português. Este Partido surgiu no momento em que a vida portuguesa estava mais agitada e sem direcção.

★

DIA 8 — Dia Internacional da Mulher.

★

DIA 11 (1975) — Tentativa de golpe contra o 25 de Abril. Entre outras acções criminosas contra a Democracia há a lamentar a morte do soldado Luís do RALIS.

★

DIA 12 (1917) — Forma-se um Governo Provisório na Rússia que derrubou o Czar.

★

DIA 14 (1883) — Morreu Karl Marx. Fundador do comunismo científico e incansável lutador pelos direitos do proletariado.

★

DIA 14 (1975) — O Conselho da Revolução nacionaliza a banca na sequência do «pushch» reaccionário do 11 de Março.

★

DIA 15 (1975) — O Conselho da Revolução nacionalizou os Seguros.

★

DIA 18 (1871) — Na sequência da insurreição em Paris, o Comité Central da Guarda Nacional toma conta do Poder. É o início da Comuna.

★

DIA 18 (1970) — Golpe de Estado no Camboja inspirado pela CIA.

★

DIA 27 (1972) — Início na Califórnia (USA) do processo contra Angela Davis. Os seus crimes: Ser negra e comunista.

★

DIA 28 (1871) — Proclamação da Comuna de Paris.

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO, LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEREMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

P A R A T I M U L H E R

*Para ti mulher
Que nunca foste menina.
Que,
Enquanto devias brincar
Com as bonecas,
Frequentares a escola,
Já caminhavas
Pelos campos
Atravessando ribeiros
Expondo-te a inúmeros perigos
Para guardares o rebanho.*



*Para ti mulher
Que ainda criança
Tiveste que sair do lar
Para seres criada de servir*

*Para ti mulher
Que acarretando lenha
Às tuas tão cansadas costas
Nunca te ouviram um ai*

*Para ti mulher
Que passas longas noites
À cabeceira de teus filhos
Enquanto a febre não passa*

*Para ti mulher
Que antes do sol nascer
Já trabalhas
Agarrada à tua enxada*

*Para ti mulher
Que mais automatizada
Que as máquinas
Vais dando vida
Aos produtos da fábrica
Para ti mulher
Que depois d'um dia
De intenso trabalho
Tens que fazer
A lida da casa.*

*Para ti mulher
Que nunca abandonas-te
A luta
Que nunca te viram recuar*

*Para ti mulher
Que rompestes as correntes
Que te oprimiam*

*Para ti mulher
Que permites a maravilha
D'um novo ser nascer*

*Para ti mulher
Que do teu sofrimento
Do teu trabalho
Os poetas vêm poesia*

*Para ti mulher
Que disseste — NÃO!
Que disseste — BASTA!*

*Para ti mulher
Que lutaste
Para deixares de ser objecto
E passaste a ser mulher.*

TAL COMO ÉS

*Como uma sombra, uma miragem,
Tal como o vento, uma aragem,
Fugaz como o pensamento,
Como um gemido, um lamento,
Como o mar revolto, sem marés:
Deixa-me amar-te, tal como és.*

*Como o trovão que ressoa,
Ou como a nuvem que voa,
Ou do sol, ígnea centelha,
Como a lua, cor vermelha,
Aqui me tens, eis-me a teus pés,
Deixa-me amar-te tal como és.*

*Não temo os teus medos, teus
anseios,
Tu és alguém, esquece teus receios.
Olha, encara o mundo frente a
frente,
Mostra que são todos, igualmente,
Filhos do mesmo barro, do mesmo
pó.*

*Luta! Estou contigo, não estás só!
És alguém, tal como és!
Deixa-me amar-te, mesmo a teus
pés!*

CRIANÇA

*Tu criança que brincas sentada no
chão
Que rolas uma bola de fruta-cores
Que pensas no nada
Que vives no teu mundo rodeado de
flores*

ESCUTA - ME

*O mundo adulto é mau
Toda a gente é complicada
Andam às guerras e aos tiros
Sem se entenderem
Fazem mortos e turturas
Não respeitam a vida dos nadas
Matando crianças às manadas*

*Tu que olhas tristemente para o
meu rosto
Que comesas a fazer beicinho
Não chores meu pequenino
Pois não quero que sofras tamanho
desgosto*

*Vem comigo jogar à bola
Deixa-me limpar-te as lágrimitas
Vamos correr, saltar, brincar,
Tu criança d'hoje
Amanhã saberás amar*

*Vá não chores, que a tua vida é
bela
O sol brilhará sempre para ti
As cores da bola brilharão mais,
A vida sorrirá em ti*

QUAL É A CORRECTA?

O primeiro concurso efectuado pelo jornal «ELO», saldou-se num êxito.

De todos os pontos do País recebemos cartas respondendo ao concurso. De entre elas 98,3 por cento tinham todas as respostas certas. Apenas uma escassa minoria errou uma resposta, havendo uma única carta com quatro respostas erradas.

Pelo número de cartas recebidas e pela quantidade de respostas certas o «ELO» congratula-se e envia os parabéns a todos os concorrentes em especial aos três contemplados.

Cremos que estamos no caminho certo. Por tal motivo a Redacção do «ELO» irá preparar um novo concurso que será divulgado muito em breve.

O «ELO» quer agradecer de forma singela (como é seu hábito) as amáveis palavras que lhes foram dirigidas. E se não fosse tão modesto transcreveria algumas dessas cartas de estímulo.

Bom, fiquemos por aqui. Antes de divulgarmos os nomes dos contemplados com as magníficas obras literárias que escolhemos como prémios, salientamos que, devido à falta de espaço, não publicaremos neste número as habituais perguntas. No próximo número recomeçaremos.

★ ★ ★

Tal, como foi estipulado, às 17 h e 30 m do dia 22 de Março realizou-se nas instalações do jornal «ELO» o concurso da rubrica: «QUAL É A CORRECTA?»

Alguns sócios assistiram ao sorteio, além do Corpo Redactorial e representantes do Conselho Fiscal Central e da Direcção.

Por parte do C. F. C. tivemos a presença do camarada António Reis.

Como delegados da Direcção contámos com a presença dos camaradas Pacheco e Farinha Lopes.

Após o sorteio foram premiados os seguintes concorrentes:

1.º PRÉMIO

JOSÉ MARIA FIGUEIREDO BICHO — Sócio n.º 530
Praça Carlos Ramos, Torre 7, 6.º Dt.º — Lisboa

Foi contemplado com a maravilhosa obra literária de LEÃO TOLSTOI — «ANA KARENINE».

O livro está à disposição deste nosso associado que o poderá levantar em qualquer altura.

2.º PRÉMIO

O 2.º prémio coube à D. ROSA MARIA A. VARELA CEGONHO
Rua Mestre d'Aviz, 3 - 2.º Dt.º — Entroncamento

A D. Rosa Cegonho é esposa de um associado e coube-lhe o livro «MADAME BOVARY», da autoria de GUSTAVE FLAUBERT.

Oportunamente receberá o livro em casa que irá ser-lhe enviado através dos CTT.

3.º PRÉMIO

ANTÓNIO DAS NEVES RODRIGUES, Sócio n.º 3 521
Albarrol — ANSIÃO

Foi contemplado com o 3.º prémio, que conforme foi indicado, consta do livro de GORDON CHILD — «O HOMEM FAZ-SE A SI PRÓPRIO».

O prémio vai ser-lhe enviado através dos CTT e dentro em breve poderá começar a sua leitura.

★ ★ ★

Antes de finalizarmos divulgamos as respostas certas:

1.ª — b) Bernado Santareno; 2.ª — c) Folhas Caidas; 3.ª — a) Eça de Queirós; 4.ª — b) Guerra e Paz; 5.ª — b) Alberto Moravia; 6.ª — c) O Trigo e o Joio; 7.ª — a) Júlio Dinis; 8.ª — c) António Aleixo; 9.ª — a) As Vinhas da Ira; 10.ª — c) Jorge Amado.

FILATELIA

LUTA ANTI-ALCOOLISMO

No cumprimento do programa filatélico deste ano, os C. T. T. lançaram uma emissão comemorativa do dia nacional de luta anti-alcoolismo - 1977. Ninguém, pensamos, negará a importância desta actuação que tenta sensibilizar e alertar os cidadãos para os perigos e malefícios que o consumo incontrolado da bebida causa ao organismo humano. Qualquer ser humano, até o mais humilde trabalhador rural, é conhecedor das mais sofisticadas técnicas, agrícolas e, apesar de desconhecedor da mais elementar regra de fisiologia humana, sabe que a bebida em excesso provoca lesões e doenças que nenhum dos consumidores de bebida gostaria de adquiri-las. Porém continuam, apesar dos riscos, a beber. Embora possa parecer absurdo ou demasiado lata esta afirmação, a sabedoria popular confirma-a através dos seus provérbios ou ditos populares — «Tudo o que é demais é moléstia».

Porquê, então, a caminhada do homem para a sua própria destruição? Porquê esta caminhada, apesar dele, homem, amar a sua família e saber que o refúgio nas bebidas alcoólicas só prejudica aqueles que ele mais ama em vez dos beneficiar. Para nós, só há uma justificação, a ausência duma educação e cultura que lhe permita enfrentar os seus problemas sem o refúgio no álcool.

A educação e cultura, luz do espírito e fonte de maturidade do homem, é o remédio para combate do alcoolismo. Por tal facto é necessário dar realce às afirmações insertas no texto que abaixo publicamos correspondente à emissão comemorativa da emissão de selos do dia nacional de luta anti-alcoolismo — a necessidade imperiosa de que o combate ao vício ou hábito de beber terá que passar pela resolução e evitar das causas que levam ao vício ou habituação da bebida.

Escrevemos sobre este assunto porque infelizmente existe um grande número de deficientes das Forças Armadas alcoólicos por razões várias: cumprimento do serviço militar, separação do agregado familiar, medo ou frustração e outros pela sua deficiência.

Para evitar o refúgio maléfico do álcool ou de outras drogas, entre as quais a já aceite pela sociedade, que é o «vício civilizado do tabaco» o homem terá que ser educado e preparado para situações novas e ou imprevistas saber torneá-las inteligentemente com outros passatempos que não prejudiquem a saúde nem a comunidade. A sociedade deverá proporcionar as condições necessárias à recuperação do alcoólico, ajudando-o na sua integração e não, com as suas atitudes recriminatórias e de repúdio, reprovando uma situação já drástica e que precisa mais do que nunca de ajuda e compreensão. Ou antes, o que seria ideal, dar-lhe uma formação que lhe possibilitasse a maturidade, assim como a resolução dos problemas sociais, evitando deste modo a procura da bebida.



EMISSÃO COMEMORATIVA DO DIA NACIONAL DE LUTA ANTI-ALCOOLISMO - 1977

O alcoolismo que há largos milhares de anos vem sendo considerado como um vício e portanto motivo de marginalização dos cidadãos atingidos, é hoje científica e mundialmente aceite como uma doença que urge combater, mobilizando tudo e todos, pois toda a sociedade é vitimada pelos seus efeitos perniciosos.

O alcoólico, pessoa incapaz de controlar o consumo da bebida, luta intensamente consigo mesmo para se libertar de um mal de que, isolado, raramente consegue sair vitorioso. Sofre sozinho, pois para além do mais é recriminado e repudiado, quando necessita de ajuda. É um prisioneiro da doença, física, moral e espiritual desamparado.

A primeira vítima é sem dúvida o alcoólico e, logo a seguir todo o complexo familiar lhe sofre as consequências, na repercussão no orçamento familiar, na degradação que atinge todos os seus membros, na incidência sobre perturbações psíquicas e físicas dos filhos, na degradação dos lares.

Os jovens criados em ambientes tais, mercê da falta de exemplo e de vigilância, de carinho e de autoridade dos progenitores, desejam libertar-se e têm tendência a lançar-se na rua, entrando na delinquência que, cedo ou tarde, os leva também ao álcool, ao hospital, ao crime, à prostituição, à morte prematura.

Mas a sociedade continua a considerar que «homem que não bebe, não é homem nem é nada», que «beber é sinónimo de virilidade», que «o vinho dá saúde», etc.

A sociedade continua pois a vitimar e a vitimar-se, para depois, repudiando as suas próprias vítimas, as segregar como escória.

Os acidentes no trabalho e na estrada, as baixas de rendimento individual, as faltas ao serviço, as doenças provocadas pelo alcoolismo e consequente sobrecarga levada aos hospitais e consumo de medicamentos, a degradação física, psíquica e moral dos cidadãos e todo um interminável rol de malefícios a que conduz o uso excessivo de bebidas alcoólicas constituem uma calamidade social a que nem governantes nem governados podem ficar alheios.

Serão raros os países que não tenham tomado medidas tendentes a minorar a verdadeira tragédia que representa o crescente índice de alcoolismo.

Após vinte e dois congressos Internacionais, promovidos e realizados em diversos países, com o apoio da Organização Mundial de Saúde, muito se tem avançado nas formas de luta anti-alcoolismo desde o ponto de vista médico ao social.

Instituições oficiais e particulares têm aparecido por todos os cantos do mundo para se debruçarem sobre tão grave problema.

Em Portugal, em 1967 um grupo de médicos dedicados ao tratamento de doentes alcoólicos, acompanhados de outros indivíduos interessados do ponto de vista humanístico, criaram a Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa cuja acção meritória se tem vindo a sentir sobretudo nos últimos anos.

No mês de Fevereiro de 1977, desencadeará a Sociedade Anti-Alcoólica uma campanha de esclarecimento da população, com o fim de, por esse meio, procurar evitar que por ignorância ou insensibilidade, se continue a cair numa terrível doença, causa de prejuízos individuais, familiares e sociais incalculáveis.

A dita campanha, culminará com o chamado Dia Nacional de Luta Anti-Alcoolismo que mais não será do que um foco mais intenso a chamar à razão os menos atentos. Chegou o momento de meditar, para todos agirmos em seguida.

Os Correios e Telecomunicações de Portugal, consciente do papel que lhes cabe, decidiram emitir um selo comemorativo da realização do Dia Nacional de Luta Anti-Alcoolismo de 1977, na certeza de, com o facto contribuírem para que em Portugal como em todo o Mundo, se evite o abuso do álcool.

ANTÓNIO HERCULANO DA PAIXÃO MELO

Presidente da Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa



VIDA ASSOCIATIVA



★ Concessões especiais para os Deficientes das Forças Armadas adquirirem habitação própria

Foram já transcritas neste jornal as condições estabelecidas pela Caixa Geral de Depósitos para os deficientes das F. A. adquirirem habitação própria, aliás como regulamentação do n.º 8 do art.º 14.º do Decreto-lei 43/76, mas, dado que muitos associados continuam a dirigir-se directamente à Associação solicitando informações sobre esta matéria, publicaremos aqui novamente as referidas condições.

a) O prazo máximo será de 25 anos;

b) Todo o empréstimo terá que estar liquidado até o beneficiário completar 65 anos de idade;

c) A taxa a praticar será a taxa de redesconto do Banco de Portugal deduzida de 1%.

— Em futuras actualizações da taxa de redesconto do Banco de Portugal, a taxa sobre os empréstimos em curso só será corrigida desde que tal não acarrete agravamento de encargos para o beneficiário e apenas em relação às prestações vincendas.

d) O custo máximo da habitação a adquirir não poderá ser superior a 1 200 contos.

e) O valor do empréstimo será definido pelas seguintes percentagens sobre o valor total da habitação em função do custo por metro quadrado;

— Até 6 contos o metro quadrado 90%
 — Mais de 9 contos por metro quadrado 60%
 — Mais de 9 anos por metro quadrado 60%

f) O beneficiário garantirá o valor da importância em dívida por hipoteca da habitação adquirida, a favor da Instituição;

g) O beneficiário constituirá um seguro de vida em ordem a que, em caso de morte, a habitação seja transmitida aos seus herdeiros sem qualquer encargo;

h) Estas condições aplicam-se desde já às operações com estudo autorizado. Poderão também ser aplicadas, mediante novo contrato, às operações contratadas a partir de 1 de Outubro de 1975;

i) Nos empréstimos em vigor concedidos anteriormente a 1-10-75 passará a ser aplicada a taxa de juro de 5,5% desde aquela data;

j) Os pedidos que não se enquadrarem nas condições referidas, serão estudados de acordo com as condições gerais do crédito à habitação própria;

k) Cada proponente só poderá beneficiar de um empréstimo para habitação própria permanente;

l) As presentes condições são dadas sob reserva de alterações que venham a ser determinadas no âmbito do nívelamento bancário;

m) O seguro de vida só deve ser efectuado em fase próxima do contrato e a pedido dos Ser-

viços do Contencioso da Caixa;

n) Para os casos previstos em h), os interessados devem dirigir-se aos seguintes serviços da Caixa (Lago do Calhariz — Lisboa):

n1) Ao DSC-1, se o estudo está autorizado mas o empréstimo ainda o não foi;

n2) Ao Contencioso, se o empréstimo já foi autorizado, mas o contrato ainda não foi realizado;

n3) Ao DSC-4, se o contrato já foi realizado.

★ Subsídio da Fundação Gulbenkian para aquisição de viatura própria, contemplou já 55 Deficientes das F. A.

Tal como já noticiado em números anteriores do «Elo», na sequência de solicitações de associados no sentido de obterem apoio para aquisição de viatura própria, a Associação dirigiu-se à Gulbenkian que se prestou a colaborar. Assim foram postos ao dispor da ADFA dois subsídios, um de 300 contos e outro de 200 contos que contemplaram 55 deficientes das F. A.

Os subsídios atribuídos aos deficientes assentaram num critério em que entravam em função factores como o grau de dificuldade de locomoção, situação de reforma, rendimento familiar, etc. De entre os contemplados uma percentagem elevada utiliza cadeiras de rodas. Para além de aquisição de viatura própria, foram também atribuídos subsídios para aquisição de triciclos motorizados e cadeiras de rodas, sempre de acordo com norma previamente enviada à Gulbenkian.

Dadas as solicitações de grande número de sócios para obterem subsídios de participação na compra de viatura própria, a ADFA solicitou um terceiro subsídio, aguardando-se resposta.

Este serviço prestado a um já considerável número de deficientes (55) conjuntamente pela Gulbenkian e ADFA tem-se revestido de importância fundamental, pois trata-se de pessoas cuja utilização de viatura própria é imprescindível para a sua integração sócio-profissional, dadas as grandes deficiências que lhes causam grandes dificuldades de locomoção e impossibilidade de utilização dos transportes públicos que, como se sabe, não foram concebidos para deficientes físicos e evidenciam uma grande relutância (as entidades de quem dependem) de a eles se adaptarem.

★ Delegação da A. D. F. A. de Coimbra dinamiza deficientes e população do distrito

A delegação da ADFA em Coimbra, tem vindo a desenvolver esforços no sentido de fazer uma ampla divulgação acerca do trabalho da nossa associação em relação aos Deficientes das Forças Armadas.

Nesse sentido, e de entre outras medidas tomadas, foram distribuídos comunicados à população do distrito, quer na rua, quer em escolas e empresas da região. Esta delegação iniciará em breve, sessões de esclarecimento em vários pontos do distrito, estando já algumas marcadas, só não tendo sido realizadas algumas delas, por motivo de, nos ofícios dirigidos a centros de recreio popular, empresas e outros locais de trabalho, termos mencionado que faríamos a projecção de filmes relacionados com deficientes e ainda o «Deus Pátria Autoridade» ou «Ecos da Guerra». Contava esta delegação utilizar a máquina de filmar que normalmente é utilizada na sede. Por isso foi feito um ofício dirigido à Dinamização. Até à data não obtivemos resposta, segundo parece, por a máquina se encontrar avariada. Se não for conseguido o empréstimo de uma máquina iniciar-se-ão as sessões de esclarecimento sem as referidas projecções. Tenciona esta delegação aproveitar as reuniões para, além de contactar com o povo das aldeias das redondezas e elucidá-lo sobre o que é a nossa associação, arranjar fundos para a ADFA e angariar assinantes para o «ELO». Esta Delegação apela a todos os camaradas da zona para a sua participação activa no trabalho de dinamização do povo do distrito acerca dos nossos anseios. Para tal, foi feito um comunicado aos sócios inscritos nesta delegação, onde se chama a atenção dos mesmos para a importância de um trabalho de consciencialização em todo o distrito de Coimbra.

Alguma coisa já foi feita, mas muito há para fazer. A luta dos Deficientes das Forças Armadas é uma luta justa, por isso sairá vitoriosa.

★ Novamente reuniões de trabalho periódicas na sede da A. D. F. A

Por deliberação da Direcção Central passarão a ter lugar reuniões de trabalho na sede da ADFA, em Lisboa, no Palácio da Independência, com regularidade.

A próxima reunião realizar-se-á no próximo dia 6 de Abril, às 20,30 horas. Para esta reunião, aliás como para as outras que se seguirem, será estabelecida uma ordem de trabalhos que será previamente divulgado. Os associados que pretenderem debater questões não previstas na ordem de trabalhos devem comunicar a sua pretensão à Direcção a fim de a mesma poder documentar-se convenientemente. A Direcção reserva-se o direito de recusar assuntos para discussão desde que os mesmos tenham carácter individual e que nada beneficiem a globalidade da ADFA.

As reuniões serão, em princípio, às quartas-feiras e quinzenais.

Termina assim um período de várias meses em que não se realizaram as reuniões de trabalho conhecidas por reuniões de 3.ª-feira (dias em que as mesmas tinham lugar). Entre os motivos que levaram à suspensão das reuniões de trabalho (deliberação da Assembleia Geral da Zona de Lisboa) salienta-se o facto de alguns associados (felizmente poucos) terem tentado utilizá-los para fins por vezes bem alheios à ADFA, através de uma actuação destrutiva que saturava os responsáveis da Associação e desmobilização os Associados. Alguns devidamente referenciados como ligados a interesses adversos ao processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974, outros não referenciados, mas nitidamente encarregados por alguém de levar a cabo determinadas actividades, encarregaram-se (incansavelmente, saliente-se) de lançar uma certa confusão e, muito embora não atingissem os objectivos propostos (e que era nitidamente a determinação da ADFA), conseguiram pelo menos molestar essas reuniões de 3.ª-feira.

Tal como determinado pela Direcção, espera-se que esta nova fase das reuniões de trabalho seja efectivamente produtiva e delas se possa extrair a maneira como os sócios pretendem que os seus problemas sejam resolvidos e, muito especialmente, constituam uma força de apoio aos representantes da ADFA quando em diálogo com as entidades competentes para a criação de condições efectivas para a reintegração social plena dos deficientes.

COMPARECE

AS

REUNIÕES



VIDA ASSOCIATIVA



★ LEGISLAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Se é verdade que nenhum cidadão pode alegar perante as autoridades ou os tribunais que desconhece as leis, é, contudo, verdade que muito poucos são os cidadãos que conhecem as leis que lhes dizem directamente respeito, tanto aquelas que lhes impõem o cumprimento de determinados deveres, como aquelas que estabelecem os seus próprios direitos.

Era esta ausência de informação, de conhecimento dos próprios direitos consignados em legislação (escassos) que predominava entre os deficientes das Forças Armadas internados no hospital militar durante os longos anos em que decorreram as guerras coloniais. Tanto assim era que, na impossibilidade de se constituir uma Associação de deficientes na altura, se chegou a aventar a hipótese de criação de um centro de informações e convívio. Efectivamente, os únicos meios aptos a prestar informações sobre questões de deficientes das F. A. eram as repartições dos ministérios militares que, muito especialmente no Exército, utilizavam métodos de tal maneira ineficientes que os interessados acabavam quase sempre por ficar embaralhados perante tais serviços de informações (o mesmo serviço chegava a dar informações opostas a pessoas diferentes).

Esta falta de informação, de conhecimento da legislação e dos direitos que assistem aos deficientes das F. A., ainda não está totalmente ultrapassada, mesmo entre os sócios da ADFA, não obstante a existência de um jornal periódico que chega a casa de todos os associados e que se esforça por informar o melhor possível.

Achamos pois que nunca é exagerado a informação neste campo e por isso vamos apresentar a seguir uma relação da legislação de interesse para os deficientes das F. A.:

— Decreto-lei n.º 498/72 de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação). Compila as disposições de vários diplomas anteriormente publicados sobre os servidores do Estado aposentados. Este decreto-lei regula a situação dos militares que contraíram deficiências em serviço.

— Decreto-lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro. Define o conceito de «Deficientes das Forças Armadas» e regula a situação dos DFA.

— Portaria n.º 73/76 de 11 de Fevereiro. Cria a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA) e estabelece o seu funcionamento.

— Portaria n.º 94/76 de 24 de Fevereiro. Regulamenta o serviço activo que dispense plena validade.

— Portaria n.º 162/76 de 24 de Março. Regulamenta as situações transitórias previstas no decreto-lei 43/76.

— Portaria n.º 603/76 de 14 de Outubro. Prorroga o prazo da revisão processual.

— Rectificações ao decreto-lei 43/76. Publicadas no Diário do Governo de 16 de Março de 1976. Alteram a disposição do articulado da parte final do diploma.

— Despacho interpretativo do decreto-lei 43/76. Publicado no Diário da República de 18 de Junho de 1976. Torna o decreto-lei 43/76 integralmente aplicável a todos os cidadãos portugueses que se deficientaram nos termos daquele diploma independentemente do território pelo qual foram incorporados ou do local da sua residência.

— Despacho interpretativo do decreto-lei 43/76. Publicado no Diário da República de 26 de Junho de

1976. Altera a redacção do n.º 4 do art.º 2.º.

— Despacho interpretativo do decreto-lei 43/76. Publicado no Diário da República de 27 de Novembro de 1976. Define o conceito de acidente referido no n.º 2 do art.º 1.º daquele diploma.

— Parecer da Procuradoria Geral da República sobre o dec.-lei 43/76. Publicado no Diário da República de 21 de Setembro de 1976. Determina que a instrução de minas e armadilhas corresponde a um tipo de actividade militar com risco, agravado que deve equiparar-se às situações previstas no n.º 2 do art.º 1.º daquele diploma.

— Condições de aquisição de habitação para os DFA abrangidos pelo decreto-lei 43/76. Estabelecidas pela Caixa Geral de Depósitos (as mesmas dos trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas).

— Circular do Ministério da Educação e Investigação Científica sobre a utilização de material escolar pelos DFA. Enviada aos Núcleos de Acção Social Escolar (NASE) de todos os estabelecimentos de ensino oficial determina a forma como os deficientes das Forças Armadas têm direito ao uso gratuito de livros e material escolar.

A ADFA está a estudar a criação de uma brochura com uma relação de toda a legislação de interesse para os deficientes das F. A., direitos dos sócios, estatutos da Associação e outras informações que poderá ser adquirido pelos associados. Entretanto, toda a legislação a que se acaba de fazer referência foi já publicada em números anteriores do «Elo».

★ Ministro da Defesa Nacional recebe representantes da A. D. F. A.

O Ministro da Defesa Nacional, Coronel Firmino Miguel, recebeu no dia 11 de Março uma delegação da ADFA, tendo sido tratados vários assuntos referentes à Associação, tais como Orçamento para 1977, CMRA, Secretário Nacional de Reabilitação e Instalações da Tipografia-Escola da ADFA.

Dos assuntos tratados os que no momento representam uma importância fundamental para a ADFA são a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência e o projecto de decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação.

O delegado da ADFA na CMRA fez uma exposição sobre o funcionamento da CMRA, salientando a necessidade de dotar a Comissão com os meios necessário para a sua operacionalidade e de lhe imprimir uma nova vitalidade, o que mereceu a compreensão do Ministro da Defesa

e a promessa de serem tomadas as medidas adequadas.

O delegado da ADFA no grupo de trabalho que elaborou o projecto de decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação fez uma exposição sobre o trabalho que elaborou o projecto de decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação e seria ainda o Secretariado de Reabilitação previsto naquele projecto o instrumento próprio para a execução do programa do governo em matéria de reabilitação. O Ministro da Defesa comprometeu-se a defender em Conselho de Ministros a posição da ADFA, ou seja a aprovação do projecto de decreto-lei sem alterações.

O Ministro da Defesa informou a ADFA das diligências para resolver a situação dos grandes deficientes das F. A. não abrangidos por legislação, assim como da possibilidade de ser prorrogado por mais 2 meses o prazo da revisão processual.

Comunicação aos sócios Camaradas!

Realizou-se no dia 29 de Janeiro, nas instalações da INATEL em Coimbra, uma Assembleia Geral Nacional, cuja ordem de trabalhos era a discussão e aprovação de dois projectos de estatutos. A delegação de Coimbra, ciente da importância da Assembleia, fez uma convocatória especial para todos os sócios da zona, chamando-os à Assembleia. Afinal, os sócios alhearam-se da assembleia, e só uma minoria compareceu.

Então camaradas? Sabemos existirem razões para estarem revoltados com certas atitudes das cúpulas da nossa Associação. Embora esta delegação não pretenda de modo algum ilibar-se de culpas, o certo é que trabalha com um objectivo: defender e lutar pelos anseios dos nossos associados, e temo-lo feito. Nem sempre de maneira correcta? Admitimos que sim. Mas é com o silêncio e com a falta às reuniões importantes que os camaradas pretendem fazer a sua crítica?

Camaradas, a nossa Associação não pode ser um simples clube, onde se passa um pouco de tempo livre. A nossa Associação, é uma organização de grandes responsabilidades. A delegação de Coimbra não é, nem pretendemos que seja, apenas os trabalhadores e a comissão instaladora. A delegação somos nós todos. Por isso devemos trabalhar para ela.

As injustiças do 43/76, que marginaliza uma boa parte de deficientes, não podem ser meio de divisão, mas uma forma de união entre todos. Os trabalhadores e órgãos directivos têm consciência do seu trabalho e das suas responsabilidades perante

o povo e os sócios. Recordamos que é preciso viver os problemas de todos os Deficientes das Forças Armadas. Como fazê-lo camaradas? Participa na vida associativa. Sempre que possas vem à delegação, ou escreve-nos. Critica-nos, aponta-nos caminhos certos, se pensas que estamos errando. Não pretendemos fazer o papel de vítimas, pois todos nós o fomos e somos. O silêncio dos sócios, prejudica o bom andamento do trabalho da delegação. Todos, nas suas terras, poderão trabalhar para a nossa Associação. Como? Contactando centros de recreio populares, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, câmaras municipais, quartéis e outras organizações do género.

Cada associado, se conseguir o mínimo que seja, tudo junto será muito. Informa-nos camarada. Colabora connosco e estarás trabalhando para ti. Iniciaremos em breve, e já algumas estão marcadas, sessões de esclarecimento em várias freguesias do distrito. Procuraremos ir a todos os recantos do nosso distrito, pois o objectivo é ligarmo-nos às camaradas populares, e é nelas que deveremos confiar.

Queres que a tua Associação vá à tua terra? Então escreve-nos. Fala com os responsáveis das organizações populares de base que conheças. Transmite-lhes os nossos objectivos. Manda-nos as suas direcções.

Camaradas, mais que nunca é preciso ganharmos consciência dos nossos deveres.

Confiamos em ti. Trabalhamos para que confies em nós.

DESPORTO NA ADFA

Em Portugal, pela primeira vez, os Deficientes praticam desporto.

A ADFA, através de uma iniciativa semeada de dificuldades, lança os fundamentos da prática desportiva para Deficientes entre os seus associados.



Equipa da CODEFA de futebol de salão



Equipa da ADFA de futebol de salão

Futebol de Salão

A ADFA tem uma equipa de futebol de salão já devidamente organizada. Duas vezes por semana são realizados os treinos desta modalidade nas instalações da Academia Militar em Lisboa.

A equipa de futebol de salão da Associação inscreveu-se no torneio desta modalidade organizada pelo Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa. Neste torneio, que

teve o seu início em 2 de Março, a ADFA jogou, neste mesmo dia, com a equipa da INATEL, tendo empatado o jogo por 2 bolas a 2, depois de se manter, durante quase todo o tempo, com uma bola de vantagem. Este resultado com uma das equipas favoritas leva a crer que a equipa da ADFA tem possibilidade de obter uma boa classificação no final do torneio.

Tiro ao Arco

A ADFA REPRESENTARÁ PORTUGAL NO 5.º CAMPEONATO DE TIRO AO ARCO PARA DEFICIENTES NA HOLANDA EM JUNHO

Patrocinado pela Federação Internacional de Stoke Mandeville Games e pela Organização Internacional de Desporto para Deficientes terá lugar nos dias 4 e 5 de Junho próximo em Roterdão na Holanda o 5.º Campeonato de Tiro ao Arco.

Pela primeira vez Portugal far-se-á representar por uma equipa de deficientes neste campeonato de Tiro ao Arco. Caberá a honra à ADFA de representar o nosso País com uma equipa de 4 deficientes das F. A. de cadeiras de rodas.

Embora com relativo atraso, a ADFA inscreveu-se neste campeonato, tendo sido recebido já da Holanda a confirmação da admissão.

A equipa da ADFA está já a preparar-se o melhor possível para esta

competição, através de treinos intensivos e através da participação de alguns elementos em campeonatos nacionais.

A ADFA participará neste campeonato não exactamente com o objectivo de obter uma boa classificação, mas sobretudo para contribuir decididamente para o incremento do desporto para deficientes. Embora haja um certo entusiasmo entre os deficientes na prática desta modalidade desportiva (tiro ao arco) não podemos esperar resultados brilhantes, porque só muito recentemente se iniciou esta actividade na Associação, mas para além dos resultados contará muito positivamente, como já referido, a nossa presença.

Convívio Desportivo

No dia 5 de Março, sábado, realizou-se mais um convívio desportivo na sede da ADFA em Lisboa.

Teve lugar uma manhã desportiva que incluiu um treino de Tiro ao Arco como preparação para o 1.º campeonato que se realizou em Tomar no dia 6 e um jogo de futebol de salão entre as equipas da ADFA e da CODEFA com o resultado de 12 para a primeira e 6 para a última.

No fim da manhã realizou-se um almoço de confraternização no bar da Associação (novas instalações no rés-do-chão — com acesso a cadeiras de rodas).

Da parte da tarde iniciou-se um torneio de ténis de mesa, bilhar e xadrez.

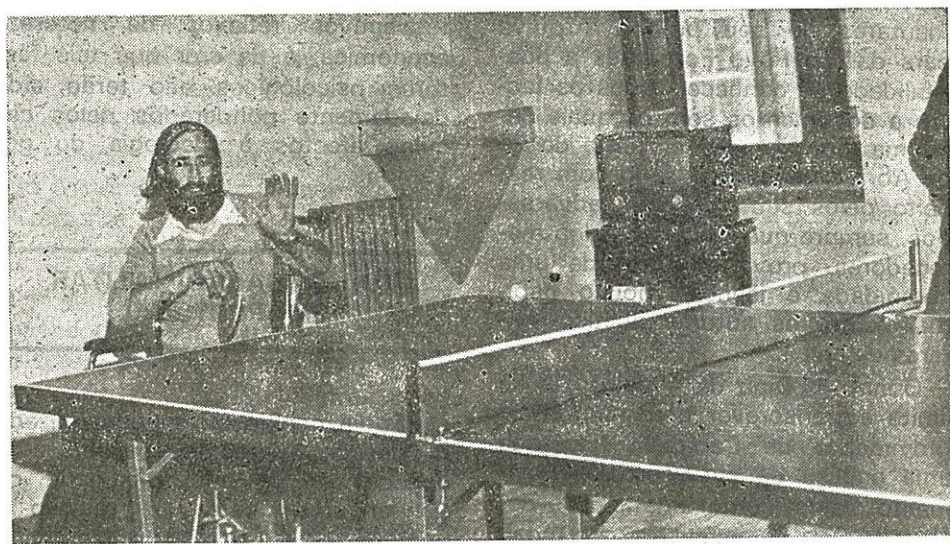
Ainda da parte da tarde realizou-se um sorteio de 21 brinquedos para crianças, de entre os quais constava uma bicicleta.

O próximo convívio desportivo realizar-se-á em 2 de Abril com o mesmo programa e anda com jogos de damas e dominó. Espera-se que

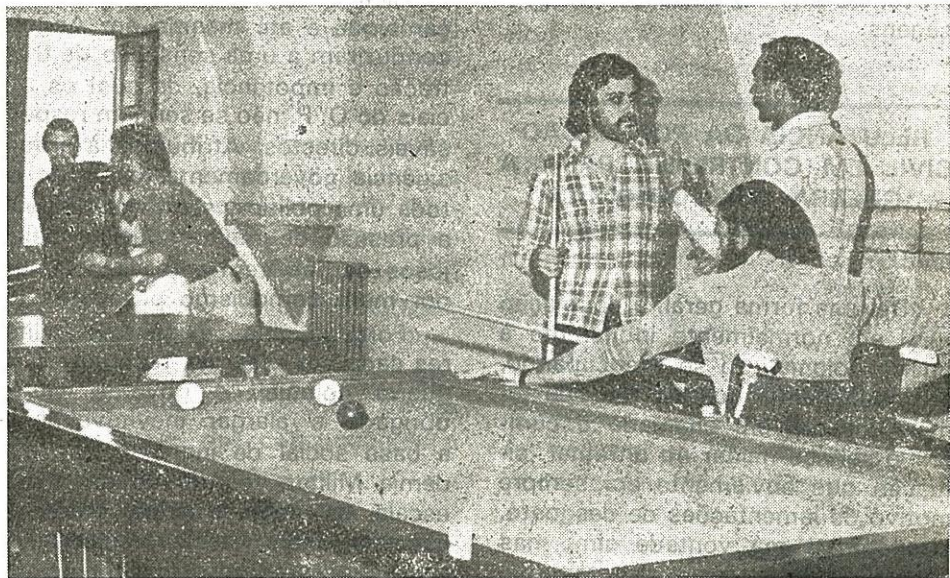
a participação dos associados seja maior que no último convívio, no qual, aliás, foi maior que nos anteriores.



Jogo de Xadrez no convívio desportivo



Jogo de Ténis de Mesa no convívio desportivo



Jogo de Bilhar no convívio desportivo

«Origens e Evolução do Movimento de Capitães» Livro Publicado pelo Capitão Diniz de Almeida

«Origens e Evolução do Movimento de Capitães» é o título do livro do Capitão Diniz de Almeida a ser lançado em princípio de Abril.

Com mais de 450 páginas, este livro contém um conjunto de documentos de valor inestimável que permitem uma compreensão do que foi realmente o Movimento dos Capitães.

O capitão Diniz de Almeida, um dos mais dinâmicos elementos do Movimento e um dos primeiros a «arrancar», publica este testemunho de que foi o Movimento numa altura muito oportuna. Precisamente quando se pretende impingir à opinião pública uma ideia deturpada do MFA para em seguida se falar de uma «pureza» que teria sido traída (já Spínola e os seus companheiros do 11 de Março utilizavam essa linguagem) para por fim negar o valor e importância histórica do MFA e ousar-se sentá-lo no banco dos réus por atentar contra a ordem fascista, acabar com a guerra, lançar os fundamentos de uma nova política e abrir os caminhos da democracia.

Na contracapa do livro refere-se que «o livro que aqui apresentamos sob o modesto título de ORIGENS E EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES (Subsídios para uma melhor compreensão) não pretende de igual modo ser o seu estudo final. Mas será sem dúvida a maior contribuição até hoje prestada para que esse estudo um dia possa ser feito. Primeiro, porque é escrito por Diniz de Almeida, figura eminente da criação do Movimento de Capitães desde o seu início e prossecutor esforçado em toda a sua dinâmica. Segundo, porque o autor, pertencente à primeira Comissão Coordenadora do Movimento, não se poupou a investigações complementares do seu próprio Arquivo para dar ao Povo Português a possibilidade de conhecer todos os factos e documentos sem os quais nenhuma interpretação corrente do 25 de Abril é possível. E fá-lo com respeito pelos seus próprios adversários, sempre que de tal os julga merecedores, prova evidente de uma serenidade e isenção pouco habituais entre os autores político-militares de hoje».

O livro de Diniz de Almeida não se limita a transcrever documentos do Movimento de Capitães, faz toda uma análise da evolução do Movimento, tanto política e económica como militar, e das causas que levaram ao aparecimento do Movimento. Transcrevemos em seguida algumas passagens.

RELUTÂNCIA DA POPULAÇÃO CIVIL EM CONTRIBUIR PARA A GUERRA NAS COLÓNIAS

«De uma forma geral, a população rural era normalmente indiferente à guerra colonial, só se preocupando, individualmente, quando um seu familiar directo era chamado a cumprir o serviço militar no ultramar, situação que obviamente era sempre motivo de lamentações de desgosto. Desgosto e má vontade sim, mas só quando lhes tocava directamente à porta. De outra forma não ligavam, pois, compreensivelmente, não lhes

sentindo os efeitos directos, a própria falta de esclarecimento e a luta diária para a obtenção dos meios mínimos de subsistência, também não lhes concedia grande margem para especulações políticas - filosóficas mais profundas».

«Quanto à população urbana, a guerra também incomodava. Não só devido à própria contribuição monetária, evidenciada pelo agravamento do custo de vida e pela percepção dos porquês desse agravamento, mas também o facto de ser já um incómodo de natureza moral e intelectual, que se acentuava particularmente nos meios universitários, uma vez que era a juventude que ia para o ultramar».

«Consequentes reflexos daí decorriam, pois os quadros médios e superiores das empresas civis e estatais e Forças Armadas provinham das Faculdades, onde o nível de politização era já bastante elevado e onde se contestava abertamente e desde há muito tempo a guerra do ultramar».

«O governo nunca declarou o estado de guerra, mas tal facto, contudo, não constituía engano para ninguém: a população sabia que estava em guerra e o seu Exército, quer por orgulho quer por amor à verdade, desejava que o povo tomasse consciência dos sacrifícios que fazia, exigindo que os mesmos fossem divulgados, meditados e respeitados. Independentemente dos respectivos reflexos de natureza económica, é de crer que tais factores psicológicos não terão sido devidamente ponderados pelos círculos afectos à ideologia do governo».

DA SITUAÇÃO MILITAR EM PORTUGAL

«Podia considerar-se generalizado o descontentamento baseado na consciência da impossibilidade de vencer uma guerra em relação à qual os próprios oficiais conservadores não vislumbram qualquer resolução eficaz. A iminência de um desastre na Guiné, de idêntica probabilidade a médio prazo em Moçambique e até mesmo em Angola, conduziram a uma sensação de frustração e impotência, da qual os oficiais do Q. P. não se sentiam responsáveis directos. Atribuídos à intransigência governamental os erros de toda uma política, sentia-se também a pressão de muitos oficiais desejosos de não irem para as colónias, por mero comodismo pessoal».

«Forçado pelas exigências militares cada vez maiores, resultantes da guerra colonial, o governo viu-se obrigado a alargar inevitavelmente a base social de ingresso na Academia Militar, recrutando em maior escala os seus cadetes entre os estratos mais desfavorecidos da Nação, o que veio a facilitar significativamente a consciencialização política posterior».

OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

«Habitualmente os deficientes de quaisquer Forças Armadas agrupam-se em Ligas ou Associações de Deficientes. Em quase todos os países, tais movimentos ou associações, formam-se debaixo de uma orientação saudosista, tradicionalmente de direita, constituindo via de regra um dos mais exigentes grupos de pressão de tendência conservadora. É ainda neles que os governos de direita vão buscar um dos melhores suportes morais para a sua política. Usam-nos em grandes manifestações; usam-nos ainda em comemorações oportunas de batalhas. Servem-se deles para perpetuar nas Forças Armadas o espírito militarista apontado na direcção política que lhes defenda os interesses económicos; proporcionam-lhes depois uma relativa recompensa moral e social, distinguindo-os com medalhas e facultando-lhes a possibilidade da sua ostentação e o uso do próprio uniforme em paradas juntamente com as Forças Militares. Essa tendência direitista é hoje activamente estimulada pela burguesia e estranho foi que em Portugal tudo se tenha passado de forma inversa. E assim sucedeu não porque antes do 25 de Abril a assistência não houvesse sido deficiente e as reformas de um modo geral ridículas ou insuficientes».

ALGUMAS SITUAÇÕES DE EXPLORAÇÃO MILITAR

«Não acarinhados, quando não respeitados nas cidades, quer pelo meio militar do ar condicionado, quer pela maioria da população civil, os militares operacionais viam a sua situação sucessivamente agravada em função do posto, cabendo às praças a mais completa marginalização por parte dos civis, donde apesar de tudo partiam esforços isolados, impotentes, porém para a anular».

«O mesmo abandono, a que os militares eram geralmente votados nas cidades, criava-lhes falsos mecanismos de compensação, muitas vezes traduzidos no gasto desregrado de vencimentos, motivando o consumo supérfluo, provocando um desenvolvimento artificial do comércio que detinha margens de lucro elevadíssimas».

FORMAS CALCULADAS DE AGLUTINAÇÕES

«Se para mobilizar camaradas menos informados do Q. P. sobejavam razões de peso, a divulgação inicial de quaisquer princípios programáticos condiziria sem a menor dúvida ao seu abortar, dado toda a ostensiva ilegalidade da situação em que tal divulgação incorreria».

«Determinadas situações tais como as salutares reacções ao Congresso dos Combatentes, pareciam constituir indícios reveladores da existência de interessantes possibilidades legais de aglutinação. Havia pois que estudar as diversas situações de descontentamento, selec-

cioná-las e efectuar o seu aproveitamento em função das possibilidades e margens de manobra que nos eram concedidas pelo regime, explorando as suas próprias contradições se possível legalmente à luz das mesmas».

«Sem abdicar do premeditado uso de um mínimo de legalidade, na busca de uma forma de aglutinação, entendemos possível de surtir efeito a exploração de determinados incidentes em que oficiais da Q. P. haviam sido alvo de agressão voluntária da involuntária por parte da PSP. Pareceu-me, assim, oportuno e até deontologicamente correcto sob o ponto de vista militar, especular sobre tais incidentes, de forma a produzir as condições capazes para possibilitar a efectivação de uma primeira reunião de protesto».

«Também na Marinha, paralela e independentemente, se esboçava o aproveitamento de tais incidentes, como detonador para precipitar a criação de condições para um avanço de carácter progressista».

PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA CÉLULA DO MOVIMENTO

«Uma pequena reunião apressadamente decidida, por via do Dec. 409/73, teve lugar na terça-feira, 21 de Agosto de 1973, no Depósito de Indisponíveis; Bicho Beatriz, Vasco Lourenço, Camilo e Simões, revezavam-se comigo nas posições de sentinela, para que os restantes quatro pudessem discutir o problema com maior segurança».

«A necessidade de uma reunião ampla foi unanimemente reconhecida por todos nós. Só a dificuldade inicial em conseguir um local para a efectuar nos travou a princípio a iniciativa».

«A minha proposta de utilização da Herdade do Sobral, em Évora, arrendada a uns familiares foi assim, praticamente, desde o princípio a única proposta exequível».

BOLETIM DE INFORMAÇÃO N.º 1

«O aparecimento do Decreto-lei 353/73 teve o mérito de unir pela primeira vez, em quase meio século, a atenção dos oficiais do Exército do Q. P. face ao vertiginoso descalabro do seu prestígio».

«O descontentamento e activo repúdio perante certas medidas arbitrárias tomadas por determinados escalões mais altos do Exército, há muito se materializara através de inúmeras exposições e profunda consciência de grupo, que o mal-estar geral aglutinara».

«Após a publicação do discutido decreto, gerou-se um forte movimento de união, corolário da indignação geral, de que resultaram dois significativos êxitos: a realização, inédita e retumbante, da célebre «Reunião de Évora»; a obtenção pelos capitães de Bissau do Direito de Reunião».

MOVIMENTO DOS CAPITÃES

REUNIÃO DE ÓBIDOS

1 de Dezembro de 1973

«Dois pontos essenciais preenchem a agenda. Para além do estafado ponto da situação, tão estafado quanto necessário, estava previsto submeter à votação as seguintes alíneas:

- Quem é pela revolução imediata;
- Quem é pela revolução após um prazo mais ou menos longo de preparação e aliciamento;
- Quem é pela revolução como último recurso, depois de esgotados todos os meios de negociação com o actual governo».

«Ganhara por reduzida margem a alínea c)».

«A dada altura Banazol intervém:

«Meus camaradas, eu sei que por esse processo de comissões para aqui comissões para ali, nunca mais se chega ao fim e entretanto este vosso amigo vai com a trouxa às costas para a costa de África pela quinta vez. Com a devida vénia, não vou nisso. É sem desprimor para ninguém, participo-lhes que vou fazer o seguinte: no dia D, juntamente com a Artilharia de Évora e de Vendas Novas, cujos capitães estão todos comigo, ocupamos Évora, Montemor, Vendas Novas e Pegões. Interditamos assim uma fatia que parte o país em dois enquanto fechamos as saídas de Lisboa para o Sul».

«Constituímos em Évora uma Junta de Salvação Nacional, difundimos panfletos, fazemos conferências de imprensa e aguardamos o tempo necessário até sermos seguidos por vocês e por outros».

REUNIÃO DE CASCAIS

5 de Março de 1974

«A reunião de Cascais foi a última grande reunião; tão importante, significativa e decisiva como a reunião de Évora».

«Estavam lançadas as bases do programa do Movimento das Forças Armadas e acautelada a orientação a seguir após uma presumível vitória».

«Havia agora que coordenar o plano militar já em adiantado fase de elaboração...»

O 16 DE MARÇO

«Em 18 de Março de 1974, reagindo violentamente perante o fracasso de 16 de Março, e com o objectivo psicológico de moralizar os elementos do Movimento mais desanimados, e que não eram poucos, foi redigido, por elementos da Comissão Coordenadora, novo documento, cuja divulgação, inicialmente restrita aos camaradas do Movimento foi pelo CDE amplamente transcrito e divulgado nos meios progressistas civis».

«CAMARADAS»

«A história recente do Movimento foi marcada, inicialmente, por um episódio que é do conhecimento de todos: a transferência súbita e injustificada de quatro camaradas (dois para os Açores, um para a Madeira

e o último para Bragança). Instalaram-se em pleno os métodos de terrorismo administrativo já de há muito institucionalizados por pseudo-chefes militares completamente alheios aos reais problemas das Forças Armadas...»

«Camaradas dos três ramos das F. A. o episódio da marcha do RI 5 sobre Lisboa, articulado aos acontecimentos que o antecederam, permite-nos prosseguir o nosso Movimento com mais segurança e realismo...»

«Apelamos finalmente para que se mantenham firmes em relação aos já anunciados objectivos do Movimento. É necessário mantermos a coesão e reforçarmos as nossas estruturas, conscientes de que, se soubermos ser coerentes e lúcidos, em breve alcançaremos o que nos propusemos».

REUNIÃO DA PAREDE

20 de Março de 1974

«...Com cerca de 20 oficiais presentes, ficando inequivocamente decidido levar por diante o pronunciamento militar...»

25 DE ABRIL DE 1974 REGIMENTO DE ARTILHARIA PESADA N.º 3

«...Voltei-me para a sentinela e ordenei: — a partir de agora quem manda na Unidade sou eu; só as minhas ordens serão cumpridas!»

«O sentinela assentiu».

«O comandante aproximava-se, comigo de costas para a sentinela. Baixei a G-3 e apontei-lha».

«O comandante refreou o passo e procurou tirar do bolso interior do blusão militar uma pistola Ceska Svoroska «Stronijka» de fabrico checoslovaco. Adverti».

«O meu comandante está detido! Tenha cuidado».

«O gatilho da G-3 esperava em posição de rajada; o coronel Aires de Figueiredo, já parado, respondeu: «Você está enganado, Diniz de Almeida, você está enganado...»

«V. Ex.ª está preso! Estou a agir às ordens do Movimento de Capitães... Queira acompanhar-me...»

RELATÓRIO DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA

«...Entretanto recebi ordem para obrigar à rendição do Quartel do Carmo. A ordem foi escrita pelo Ex.º Major Otelo Saraiva de Carvalho e transportada pelo Cap. Art. Rosado da Luz e dizia: SALGUEIRO MAIA: Tentámos fazer um ultimato ao QG/GNR para entrega do Presidente do Conselho sem grandes resultados. Os tipos desligam o telefone ou retardam a chamada dizendo que vão ver se as pessoas estão. Com o megafone tente entrar em comunicações e fazer um aviso — ultimato para a rendição. Eu já ameacei o cor. Ferrari mas este parece não ter acreditado. Com auto-metralhadora rebenta fechaduras do portão para verem que é a sério. Julgo que não reagirão. Felicidades. Um abraço. Otelo».

PRIMEIRO CONGRESSO EM LIBERDADE DAS COOPERATIVAS DE CONSUMO

Com a presença de 634 delegados representando 158 Cooperativas realizou-se, nos dias 11, 12 e 13, o primeiro Congresso em Liberdade de Cooperativas de Consumo.

A CODEFA, como representante do Movimento Cooperativo entre os Deficientes das Forças Armadas, esteve representada, participando activamente em todos os trabalhos.

Inicialmente, e logo após a abertura do Congresso feita pelo Ministro de Estado, Prof. Henrique de Barros, não deixou de haver uma certa agitação polémica em volta do regulamento do Congresso. Esta agitação ficou a dever-se ao facto de haver alguns pontos discordantes quanto à forma como o mesmo estava programado. No entender da CODEFA este problema de pormenor encontra justificação derivado ao facto do número restrito de Cooperativas que activamente participaram na elaboração do regulamento e em algumas falhas de organização.

Mas a vontade dos congressistas em sair do Congresso com algo de positivo realizado permitiu que se ultrapassassem esses pontos polémicos e se enveredasse pela realização dos trabalhos.

Divididos em 5 Secções, tantos quantos os temas em debate, os congressistas foram debater na manhã do 2.º dia as teses que tinham sido enviadas ao Congresso, prolongando-se os debates até às 20 horas.

Os temas em questão foram os seguintes: Intervenção económica das Empresas Cooperativas; Intervenção associativa interna e consequente organização dos consumidores nas cooperativas; As Cooperativas de consumo face à Constituição Política e suas relações com o Estado; as linhas de organização do Movimento das Cooperativas de Consumo.

A CODEFA esteve presente em todas as Secções de discussão e aprovação de teses para apresentar ao plenário do Congresso. Em todas as Secções se discutiu calorosamente as questões de fundo dos princípios propostos, ressaltando, em todas elas, o vivo interesse da participação dos congressistas no sentido de reforçar o Movimento Cooperativo de consumo no nosso País, orientado numa perspectiva que elimine consumos compulsivos, circuitos irracionais e medidas especulativas provocadas impostas por grandes intermediários e armazenistas.

Na noite do 2.º dia foram apresentadas as teses ao plenário e exibido um filme sobre Cooperativismo (Movimento Cooperativo na República Democrática Alemã que, na opinião dos três representantes da CODEFA que a ele assistiram, foi muito positivo para a compreensão dos benefícios do cooperativismo na defesa dos interesses dos consumidores e das populações laboriosas.

Na manhã do 3.º dia teve lugar a aprovação de 5 teses sobre os temas já enunciados, sendo as 5 aprovadas por maioria. A CODEFA votou sim

na 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª tese, tendo-se absterido na 4.ª tese. Sobre a abstenção nesta tese, por consenso dos representantes da CODEFA foi apresentada uma declaração de voto que passamos a transcrever:

— A CODEFA, Cooperativa de Comercialização de Bens de Consumo dos Deficientes das Forças Armadas, vota abstenção, por considerar contraditórias as linhas de acção propostas na tese do seu texto de introdução. As linhas de acção pecam por um enfeudamento ao poder estatal, linhas de crédito e ensino básico que certamente levarão à perda de uma total independência do Movimento Cooperativo que tem sido a tônica dominante deste

Congresso.

Na parte final do Congresso foram ainda apresentadas e votadas várias moções. Estiveram presentes neste Congresso, para além das Cooperativas Nacionais, delegados de Cooperativas estrangeiras, nomeadamente da Inglaterra, Checoslováquia, Bélgica, Suécia, Hungria, Índia e União Soviética e ainda o representante da Aliança Cooperativa Internacional e do Movimento Cooperativo Francês.

Não há dúvidas de que deste Congresso saiu reforçado o Movimento Cooperativo Português o que se poderá saldar a curto prazo no reforço das Cooperativas já existentes e no aparecimento de novas Cooperativas.

Foi ainda, com base da tese n.º 5, eleita uma Comissão pró-Federação, composta por 15 elementos efectivos e 6 suplentes, divididos por três zonas distintas: Norte, Centro e Sul que terão como missões principais tornar possível um encontro de Cooperativas dentro de um ano e um novo Congresso dentro de 2 anos.

Muitas outras linhas de acção foram aprovadas. É preciso que as pessoas se capacitem da importância do Cooperativismo, como arma muito eficaz para solucionar o seu problema de consumo de bens essenciais num tão conturbado período económico que o nosso País atravessa, onde o intermediário e grande armazenista parece ser os donos e senhores das nossas barrigas.

A ti Deficiente das Forças Armadas cabe-te o papel de não permaneceres impávido e sereno deixando correr o rumo dos acontecimentos. Se ainda te não inscreveste na nossa Cooperativa inscreve-te já, envia-nos os teus dados de identificação, 2 fotografias e mil escudos. Se não te for possível dar logo os mil escudos podes dividir em fracções de 100\$00 e pagar em prestações.

Nos próximos números de «Elo» far-se-á referência às teses discutidas e aprovadas no Congresso.

VIDA ASSOCIATIVA

Reunião do Secretariado Nacional da A D F A . Aprova Orçamento para 1977

Reuniu na sede da Associação, no dia 5 de Março, o Secretariado Nacional que elaborou o plano de orçamento para 1977.

Face às necessidades fixas de cada zona, foram as mesmas dotadas da seguinte verba:

Zona Norte: 2 517 000\$00, cabendo à delegação do Porto 2 028 000\$00, à deleg. de Famalicão 237 000\$00, à delegação de Bragança 152 000\$00 e para a instalação da delegação de Chaves 100 000\$00.

Zona Centro: 798 000\$00, cabendo à delegação de Castelo Branco 161 000\$00, à delegação de Viseu 335 000\$00 e à delegação de Coimbra 302 000\$00.

Zona Sul: delegação de Évora 312 000\$00.

Zona de Lisboa: 6 211 000\$00, cabendo à delegação de Lisboa e Serviços Centrais 5 746 000\$00, à delegação de Setúbal 150 000\$00 e à delegação de Angra do Heroísmo 315 000\$00.

Foi ainda deliberado dotar a delegação de Viseu com 250 000\$00, destinado a instalações.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA A D F A — LISBOA

A Assembleia Geral Ordinária da Associação, que estatutariamente, deve realizar-se anualmente até 31 de Março, tem lugar no dia 26 de Março na sede da Associação em Lisboa. Constam da ordem de trabalhos da Assembleia 2 pontos: Apreciação do relatório e contas da Direcção Central e o parecer do Conselho Fiscal relativo à gerência do ano findo; regulamento eleitoral.

Dado que no dia 26, data da Assembleia, esta edição do «Elo» se encontra já na tipografia, não podemos apresentar os resultados da mesma. No próximo número serão apresentadas as conclusões constantes da acta.

DESPORTO NA A D F A

(Continuação da pág. 7)

A prática desportiva desta modalidade teve início no ano de 1976, realizando-se regularmente (2 vezes por semana). Embora com dificuldades de equipamento material, salientou-se o extraordinário interesse e boa vontade dos praticantes.

Desta iniciativa surgiu a necessidade de a ADFA se filiar na Federação Portuguesa de Tiro ao Arco a fim de poder beneficiar da utilização de equipamento da Federação (arcos e flechas para principiantes), bem como das instalações do Estádio Nacional.

A nova época (1977) foi iniciada com a inscrição de participação em 16 de Janeiro de 1977 no Torneio de Abertura organizado pela Federação, tendo para o efeito a ADFA participado com uma equipa de 4 elementos.

Em 27 de Fevereiro a ADFA participou, com uma equipa de 3 elementos, na prova José Fidalgo organizada pelo Sporting Clube de Portugal, tendo sido obtido um 8.º lugar na classificação geral entre profissionais, o que, por si só, dispensa comentários.

Em 6 de Março a ADFA participou, com uma equipa de 4 elementos na 1.ª série do 1.º campeonato de Tiro ao Arco em Tomar. Na classificação individual foi obtido um 9.º lugar, um 12.º lugar e um 23.º lugar. Por equipas a ADFA classificou-se em 5.º lugar.

Em 13 de Março realizou-se a 2.ª série do 1.º campeonato de Tiro ao Arco em Queluz. Nesta série a ADFA participou também com uma equipa, obtendo o 3.º lugar na classificação por equipas, o que levou a que os elementos da equipa da Associação recebessem uma medalha.

Problemática de Reabilitação na Imprensa

O jornal «A CAPITAL», na sua edição do passado dia 26 de Fevereiro, publicou uma extensa reportagem sobre o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMR), na sequência de elementos recolhidos junto da Comissão de Gestão e dos diversos sectores.

Fazemos a seguir referência a algumas passagens desta reportagem.

De acordo com a reportagem de «A CAPITAL» o centro «possui 252 leitos distribuídos por seis alas, das quais apenas três estão ocupadas, tendo sido admitidos desde a abertura do centro (2 de Julho de 1966) 4597 deficientes físicos». O facto de apenas metade das alas estarem aproveitadas deve-se, segundo a reportagem que estamos a seguir, «à carência de pessoal médico e de enfermagem de reabilitação que o centro tem tido nomeadamente, por ser um novo conceito de especialidade médica em que ainda há relativamente poucos profissionais no campo de reabilitação e ainda porque as instalações do centro, por possíveis deficiências de construção e conservação, não terem permitido que houvesse mesmo que possível, pela parte técnica, uma ocupação total, devido à degradação premanente de parte do edifício». Afirma-se a seguir que «quanto ao departamento de tratamento e treino, assim como as oficinas de próteses e ortóteses, dado o elevado número de deficientes assistidos na consulta externa, estão a trabalhar a cem por cento».

QUEM SÃO OS BENEFICIADOS E AS DIFICULDADES DE REINTEGRAÇÃO.

A reportagem de «A CAPITAL» diz que «os assistidos do centro, na sua maioria (60 a 70%), são beneficiários da Previdência, 7 a 13% beneficiários da ADSE e 14 a 16% são pensionistas. Existe sempre uma percentagem de 4 a 5% de gratuitos, embora esta percentagem se tenha revelado muito mais baixa, desde que se estabeleceram acordos com a Previdência e ao alargamento desta a quase toda a população trabalhadora».

«No ano passado houve 87 altas. Quanto à sua integração social, 73 regressaram à família, 2 foram admitidos em lares, 2 ingressaram no CARP como estagiários e 10 foram transferidos para outros hospitais (7 para o Hospital Militar). Quanto à integração profissional, 5 continua-

ram na mesma profissão, 11 noutra profissão, todos no mesmo local de trabalho e tendo havido numa das reintegrações a colaboração de um colocador da CARP. No que se refere às crianças, dos 46 internados em 1976, todas regressaram à família, tendo sido integradas 28,7% na escola primária, 11,3% no liceu, 4,3% no jardim infantil, 4,5% em estabelecimentos especializados, 1,5% em oficinas e 15,7% não frequentam qualquer estabelecimento por razões várias, ou porque não há jardim infantil na zona ou aguardam vaga em instituição adequada (colégio ou formação profissional), ou por não haver instituição adequada ao seu caso».

«Entre as dificuldades encontradas na amostragem foram detectadas as seguintes: falta de estruturas para reabilitação profissional; crise de desemprego; inexistência de serviços domiciliários e quase não existirem lares para grandes diminuídos; dificuldade de aceitação de crianças em escolas normais; carências de estabelecimentos de ensino especializado; quase inexistência de ensino pré-profissional; deficiência das estruturas do País (habitação, transporte, saneamento básico); e indefinição de uma política nacional de reabilitação e uma consequente coordenação de planos de acção dos vários ministérios».

«NÃO PODEMOS ABANDONAR O DEFICIENTE À PORTA DO CENTRO»

Na reportagem que estamos a seguir acentua-se que «a medicina de reabilitação é apenas uma fase, aliás indispensável, de todo um processo que não pode deixar de ir mais longe. Na verdade, ainda que convenientemente treinado e auxiliado por todos os dispositivos de compensação das suas deficiências, os valores já referidos da reabilitação, incluindo o seu custo, poderão ser comprometidos se nos limitarmos, uma vez dada alta ao deficiente, a abandoná-lo à porta do centro. Em muitos casos, se o indivíduo sem muletas, próteses ou cadeira de rodas, mendigava ou consumia subsídios assistenciais, fá-lo-á agora, a custo muito mais elevado, com próteses e ortóteses sem que o problema da sua integração social seja resolvido».

«Se for verificado a impossibilidade de voltar a poder desempenhar as suas anteriores actividades, torna-se indispensável, sem demora, que sejam avaliadas as aptidões remanescente e encaminhado para centros de treino profissional, onde, em cursos de formação acelerada possa adquirir um grau de conhecimentos básicos que lhe permitam, sem frustrações, empreender uma nova modalidade de trabalho. Este pode, inúmeras vezes, ser realizado em regime de competição. Noutras, por razões de ordem social, psicológica, etc. e só enquanto estas se não resolvem a actividade profissional é efectuada em oficinas de trabalho protegido. Em casos de deficiência muito acentuada pode ainda o trabalho, convenientemente seleccionado, realizar-se no domicílio».

«Para que o trabalho seja produtivo e a reabilitação compensadora é fundamental que o circuito referido não sofra interrupções. Se após a alta deste, a reabilitação do deficiente não tem imediata continuidade até à sua reintegração comunitária, as indiscutíveis vantagens humanitárias, sociais e económicas a que já aludimos transformar-se-ão, num apreciável número de casos em sérios agravos para a sociedade».

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS» é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE

VALE DE CORREIO

(Riscar o que não interessa)

A TÉCNICA AO SERVIÇO DOS DEFICIENTES

Por gentileza da Embaixada da Inglaterra em Lisboa, podemos apresentar aqui algumas notícias no campo da técnica de apoio a deficientes nesse país, através de material que nos é enviado com regularidade.

MÁQUINA QUE LÊ PARA CEGOS

Está actualmente em estudo na «University College» de Londres, uma máquina sonora para ler livros e jornais a cegos.

Para utilizar basta fazer passar uma fotocélula por cima do texto, e à medida que cada letra é focada, vai sendo pronunciada por um sintetizador. O Dr. W. K. Taylor, leitor de cibernética da Universidade, afirma que eventualmente talvez seja possível armazenar vocabulário na máquina, o que lhe permitiria pronunciar palavras inteiras cada vez que a célula chegasse ao fim de uma palavra. Isto implicaria um sistema que suprimisse as palavras mais pequenas contidas noutras, mas não é impossível.

Escolha dos caracteres tipográficos

Segundo afirmou o Dr. Taylor, o sistema será de baixo custo, baseando-se em circuitos para reconhecer diagramas recentemente inventados, tirando o máximo das técnicas de micro-miniaturização.

Os caracteres tipográficos serão codificados ou gravados em cassetes, de forma que o utente possa seleccionar o tipo do livro ou jornal que pretende ler. A velocidade de leitura será evidentemente determinada pelo utente consoante a velocidade a que deslocar a fotocélula por cima do texto. Além disso há sempre possibilidade de voltar a trás e reler qualquer passagem.

O Dr. Taylor disse ainda que a máquina de ler também poderia ser adaptada de modo a servir de «identificador de fala» para ajudar pessoas diminuídas a trabalhar com máquinas de escrever, telefones, etc., por meio de ordens faladas. Acrescentou que a parte identificadora do sistema poderia ser accionada por diversos estímulos, desde que esses estímulos pudessem ser facilmente

distinguidos no caso de se pretender obter da máquina respostas diferentes.

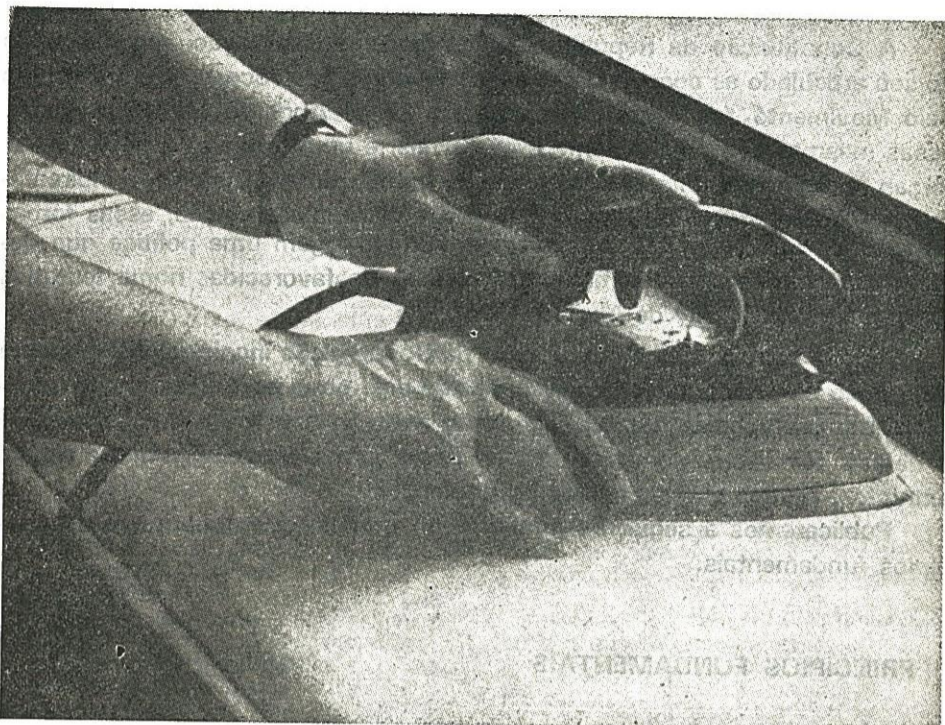
EQUIPAMENTO PARA DEFICIENTES APRESENTADO NUMA EXPOSIÇÃO EM BIRMINGHAM

Decorreu em Birmingham em Junho de 1976, no Centro Nacional de Exposições, a Exposição Internacional de Equipamento Hospitalar e Serviços de Saúde, na qual foram apresentados o equipamento, técnicas e abastecimentos mais modernos destinados a serviços de saúde em todo o mundo.

Entre o equipamento exposto, foi apresentada uma nova cadeira de rodas eléctrica, portátil, com possibilidade de ser controlada pelo queixo do utente. Esta cadeira foi especificamente concebida para quadruplégicos ou pessoas incapacitadas do pescoço para baixo, sendo a direcção, travões e comandos controlados pelo movimento da cabeça ou do queixo. Esta cadeira pesa 41 kg sendo fornecida com dois conjuntos de baterias (pesando 13,6 kg cada), regulador de carga e cintos de segurança.

Foi igualmente apresentada uma cadeira de assento elevado para geriatria e diversos fins hospitalares. A estrutura desta cadeira é em faia, sendo a armação do assento em contraplacado, e foi concebida de modo a proporcionar um bom apoio para todo o corpo e permitir ao utente levantar-se com facilidade. A cadeira dispõe de um tabuleiro montado com mecanismos de travamento de ambos os lados, que servem simultaneamente de pegas.

Um outro fabricante inglês de equipamento hospitalar, teve patente na Exposição um novo guincho mecânico para piscinas destinado especificamente a colocar e retirar doentes de piscinas de hidroterapia. Uma das vantagens deste guincho reside no facto de ser desmontável, o que lhe permite ser instalado em qualquer momento nas piscinas públicas utilizadas para o tratamento de incapacitados a horas especiais. Além disso pode ser utilizado em piscinas construídas acima ou abaixo do nível do chão, sendo a parte imersível em aço



Ferro eléctrico com selector de temperatura com marcação Braille

inoxidável e outros materiais à prova de corrosão.

Esteve também exposta uma cama de água concebida por uma firma inglesa que tem vindo a criar toda uma série de equipamento destinado a proporcionar apoio por fluídos a doentes imobilizados na cama ou em cadeiras, com o fim de reduzir a pressão sobre o corpo. Esta cama dispõe de um colchão de água munido de um tanque móvel em fibra de vidro, e foi concebido para ser

utilizado pelas enfermarias dos hospitais.

Existem igualmente outras versões da mesma cama destinada a doentes imobilizados em suas próprias casas. A estrutura da cama tem incorporado um apoio para a cabeça e para os pés, e guardas laterais de segurança facilmente ajustáveis, e permite a montagem de aparelhos ortopédicos e barras para elevação dos doentes.

CODEFA - Procura Expandir-se

Num comunicado dirigido aos habitantes e trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa, a CODEFA (Cooperativa dos Deficientes das Forças Armadas) faz um apelo à inscrição de sócios a fim de conseguir uma maior expansão com o objectivo de criar mais postos de trabalho e melhor cumprir a sua missão de escoar produtos das cooperativas de produção e pequenos agricultores, trazendo-os directamente ao consumidor e contribuindo para a abolição da especulação.

É do seguinte teor do comunicado distribuído pela CODEFA.

«A COOPERATIVA DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS tem à sua disposição um Posto de vendas directo ao público onde poderá adquirir os seus bens de consumo.

A CODEFA foi criada para promover o escoamento dos produtos das Cooperativas de produção e pequenos agricultores trazendo-os directamente ao consumidor isentos de especulações e abolindo circuitos irracionais de comercialização.

Pretendemos criar uma rede de POSTOS DE VENDA onde serão colocados, prioritariamente, Deficientes das F. A. que não se encontrem a receber pensão.

Neste momento dispomos já de três postos de venda sendo um no PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA; um em VISEU e um 3.º que servirá a população da ZONA OCIDENTAL DE LISBOA que se situa na AVENIDA 24 DE JULHO, 160 (Cruzamento com a Rua Tenente Valadim).

Qualquer pessoa se poderá abastecer, contudo apelamos para todos

os residentes e trabalhadores da ZONA para se inscreverem como SÓCIOS da Cooperativa pois será assim que nós conseguiremos avançar no alargamento da gama de produtos e criar condições para abertura de mais Postos de Vendas. Além disso, sendo Sócio, beneficiará de dividendos no valor de 5% sobre as suas compras efectuadas durante o ano; poderá fiscalizar toda a actividade da Cooperativa e moralmente sentir-se confortado por participar numa obra que visa alterar as estruturas desta sociedade onde até ao 25 de Abril nos foi proibido o direito de intervenção. Pois se esse direito se encontra prescrito na Constituição — UTILIZÊ-MO LO!

— A fase mais difícil da vida de uma Cooperativa é a fase de arranque. Nós já arrancámos! Começa agora a 2.ª fase não menos difícil que é a estabilização, nessa todos têm o dever de participar. COMO?

- Fazendo as suas compras.
- Divulgando a nossa existência.
- Inscrevendo-se para Sócio.

Condições para inscrição de sócio:

- Pagamento de 1.000\$00 (Pode ser feito em 10 prestações).
- Entregando 2 fotografias.

FAÇA-NOS UMA VISITA (Ainda não somos um primor de organização — SEREMOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO).

INSCREVA-SE PARA SÓCIO.

(Mais informações no Posto de vendas n.º 2

AVENIDA 24 DE JULHO, 160)



Molduras que indicam a posição das linhas no papel para ajudar cegos a escrever

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA VISTA PARA UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

A Constituição da República, lei fundamental da Nação, reconhecendo no seu articulado as conquistas dos trabalhadores no processo desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974 e prevendo essas mesmas conquistas como irreversíveis, é uma fortaleza a abater pelas forças reaccionárias inimigas das classes trabalhadoras. Directa ou indirectamente, contestando-a ou deturpando a sua clara interpretação, essas forças pretendem que os órgãos do poder constituído sigam uma política que defenda os interesses dos inimigos das classes desfavorecidas numa tentativa de fazer regressar o 24 de Abril de 1974.

Porque consideramos que o texto da Constituição incompreensivelmente tão pouco divulgado, deveria ser conhecido pelo povo português, muito especialmente por aqueles que nesse mesmo texto podem ler os seus direitos e a defesa dos seus interesses, temos, neste jornal, vindo a publicar alguns extractos, prática que pretendemos prosseguir.

Publicaremos a seguir os primeiros 11 artigos, que constituem os princípios fundamentais.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

ARTIGO 1.º

(República Portuguesa)

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.

ARTIGO 2.º

(Estado democrático e transição para o socialismo)

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

ARTIGO 3.º

(Soberania e legalidade)

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.

2. O Movimento das Forças Armadas, como garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição.

3. Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional e da democracia política.

4. O Estado está submetido à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

ARTIGO 4.º

(Cidadania portuguesa)

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

ARTIGO 5.º

(Território)

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

2. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo de rectificação de fronteiras.

3. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos.

4. O território de Macau, sob administração portuguesa, rege-se por estatuto adequado à sua situação especial.

ARTIGO 6.º

(Estatuto unitário)

1. O Estado é unitário e respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.

2. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios.

ARTIGOS 7.º

(Relações internacionais)

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos políticos-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de asse-

gurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

ARTIGO 8.º

(Direito internacional)

1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.

2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.

ARTIGO 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;

b) Assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, de-

fender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática;

c) Socializar os meios de produção e a riqueza, através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem.

ARTIGO 10.º

(Processo revolucionário)

1. A aliança entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos e organizações democráticas assegura o desenvolvimento pacífico do processo revolucionário.

2. O desenvolvimento do processo revolucionário impõe, no plano económico, a apropriação colectiva dos principais meios de produção.

ARTIGO 11.º

(Símbolos nacionais)

1. A Bandeira Nacional é a adoptada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.

2. O Hino Nacional é A Portuguesa.

1970 - 1980

DÉCADA DA REABILITAÇÃO

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª Página)

mais de 300 milhões de pessoas deficientes não têm o apoio adequado de que necessitam.

OBJECTIVOS DA DÉCADA DA REABILITAÇÃO

— Sensibilizar a sociedade para os problemas da reabilitação e informá-la de que muitos acidentes podem ser evitados e de que a maior parte das pessoas deficientes podem ser reabilitadas.

— Pressionar as organizações governamentais e inter-governamentais no sentido de darem uma maior prioridade aos programas e serviços de prevenção e reabilitação.

— Estimular um melhor aperfeiçoamento do pessoal que trabalha neste campo, assim como a criação de medidas para tornar as carreiras da prevenção e reabilitação mais atractivas.

— Desenvolver e aplicar métodos mais simples e menos dispendiosos de prestação da assistência básica indispensável.



Conferência Europeia

Sobre a Integração de Deficientes na Comunidade

Em Setembro de 1974 (de 23 a 27) realizou-se em Lisboa, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, a Conferência Europeia sobre a integração de deficientes na comunidade, que reuniu delegados de vários países. Embora esta conferência se tivesse realizado no nosso país e assumisse uma importância fundamental no âmbito dos esforços em curso a nível internacional para a integração dos deficientes, ela passou, contudo, quase despercebida entre os portugueses.

Efectivamente o povo português soube, através da televisão, da realização desta conferência. Mas essa mesma televisão, como, aliás, os outros órgãos de informação, não informou das conclusões da conferência e os organismos que em Portugal se dedicam à reabilitação de deficientes muito pouco ou nada teriam aproveitado essas mesmas conclusões em benefício da sua própria actualização e desenvolvimento.

Nas sessões da conferência encontravam-se participantes de vários países. Participantes portugueses também havia, mas em número bastante reduzido. Entre as línguas oficiais em que as comunicações dos delegados eram transmitidas, não figurava o português e ser-se profissional de reabilitação em Portugal, ou deficiente, não quer dizer que se saiba obrigatoriamente falar e compreender Inglês, Alemão ou Francês. Estamos pois em crer que dos poucos portugueses que participaram nas sessões da conferência alguns não compreenderam as comunicações dos delegados estrangeiros.

Apresentados de seguida algumas das muitas conclusões desta Conferência Europeia.

PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS

A reabilitação não é apenas terapêutica; terá necessariamente que ser também preventiva. É necessário que se compreenda que as condições sociais constituem muitas vezes a causa principal da doença e da deficiência e que muitas deficiências podem ser evitadas ou minoradas se as causas forem banidas ou suavizadas. São exemplos claros os acidentes de viação, situações de depressão, sub-nutrição e trabalhos arriscados. Muitos acidentes e doenças de trabalho poderiam ser evitados se se prestasse uma maior atenção à segurança no trabalho e ao aperfeiçoamento dos serviços de medicina do trabalho.

ASPECTOS EDUCACIONAIS DA INTEGRAÇÃO

A integração na comunidade de crianças deficientes, num sentido lato, deveria constituir um dos principais objectivos de todas as autoridades no campo da educação.

As crianças deficientes devem ser integradas, sempre que possível, em escolas normais. Admite-se, no entanto, a continuação da existência de escolas especiais, até que os «curricula» das escolas normais atinjam um desenvolvimento suficiente de forma a estarem aptas a leccionar para crianças deficientes. De acordo com este objectivo, deveriam ser criados mais lugares para crianças deficientes nas escolas normais.

O conceito de diferenças individuais entre crianças deve ser ensinado às crianças nas escolas normais, de molde a ajudá-las a aceitar as crianças deficientes. Está confirmado que um comportamento social anormal pode constituir neste caso um maior problema do que a aceitação da deficiência em si.

A todos os deficientes, dentro dos limites das suas capacidades, deveriam ser proporcionadas iguais possibilidades de educação, incluindo o ensino superior.

Os governos deveriam desenvolver um maior esforço, através de todos os meios de comunicação social, no sentido de ensinar e encorajar a sociedade para aceitar, o deixar de rejeitar, as pessoas deficientes.

REABILITAÇÃO VOCACIONAL E EMPREGO

A colocação em trabalho competitivo deve ser objectivo principal da reabilitação vocacional.

O trabalho protegido pode constituir uma alternativa satisfatória para os deficientes que não podem ser colocados no trabalho competitivo, desde que a oficina protegida ou fábrica funcione em moldes semelhantes aos das empresas comerciais e que tenham um ambiente industrial e não de uma instituição.

Deveriam existir mais centros de terapêutica social e ocupacional para os deficientes que não estão aptos a serem colocados no trabalho protegido.

Os deficientes devem ter a possibilidade de transitarem dos centros de terapêutica social e ocupacional para oficinas protegidas e destas para o trabalho competitivo.

Os doentes e deficientes mentais devem ser colocados no trabalho conjuntamente com outras pessoas, sempre que possível.

Todos os recursos técnicos deveriam ser utilizados no processo da reabilitação vo-

cional para ajudar o deficiente a desenvolver todas as suas potencialidades.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS e SOCIOLÓGICOS DA DEFICIÊNCIA

O estudo dos problemas psico-sociais dos deficientes não se limita a psicologia ou sociologia enquanto disciplinas escolares. Abrange uma ampla perspectiva de comportamento humano e a acção de aspectos tais como o meio ou ambiente, questões económicas e jurídicas, barreiras arquitectuais, vida familiar, etc.

O esforço dos pais para apoiar as crianças com grandes deficiências na sua integração varia, em parte, de acordo com a sua própria situação social e capacidade da sua própria adaptação à sociedade em que vivem.

As pessoas deficientes necessitam de apoio quanto à tomada de consciência das suas próprias capacidades. Assim como necessitam de ajuda para compreenderem a razão das atitudes, reacções e comportamento das pessoas que não são deficientes.

As pessoas não-deficientes necessitam igualmente de ajuda para compreenderem as suas reacções em face das pessoas deficientes. A incerteza quanto à forma de reagir coloca-as muitas vezes afastadas dos deficientes. Deveriam ser criadas mais oportunidades de relações mútuas entre pessoas deficientes e pessoas não deficientes.

Os deficientes deveriam ter oportunidade de escolher, sempre que possível, entre as seguintes alternativas:

— Emprego em trabalho competitivo ou trabalho protegido.

— Viver só ou conjuntamente com outras pessoas.

— Viver em casa própria ou num lar.

Torna-se necessária uma maior exploração das relações pessoais, como, por exemplo, entre sexos diferentes, as quais são susceptíveis de levantar obstáculos à integração social.

Para além da criação de oportunidades de emprego para deficientes, deveria ser dedicada uma maior atenção à forma de enriquecer a vida dos deficientes que não podem trabalhar.

TRANSPORTES

Os meios normais de transporte, tal como o comboio, o avião, o autocarro, etc. deveriam ser adaptados, sempre que possível, para acomodarem os passageiros deficientes.

Nota-se, com satisfação, que já se fez bastante no sentido de facilitar a deslocação dos deficientes, mas existem países onde ainda não se verificaram melhoramentos reais e, mesmo nos países mais avançados, não se presta ainda a devida atenção a alguns aspectos.

Considera-se que:

— As autoridades de planeamento dos transportes em todos os países deveriam consultar as organizações de deficientes ou técnicos nesta matéria sobre os dados fundamentais, tais como por exemplo, aquando da elaboração de estatísticas, de molde a que o planeamento possa ser baseado em informações correctas sobre as pessoas deficientes e as suas necessidades de deslocação.

— É da responsabilidade dos governos prestar assistência às pessoas deficientes nas suas deslocações, de acordo com uma definição de deficiência estabelecida.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

As pessoas deficientes devem ser preparadas no sentido de desenvolverem actividades nos tempos livres. Os governos deveriam colocar técnicos especializados à disposição para facultar e organizar essa preparação.

As actividades recreativas e de preenchimento de tempos livres devem fazer parte de um programa equilibrado que corresponda aos interesses e necessidades dos participantes. Eis algumas áreas de actividades recreativas e preenchimento de tempos livres.

— Arte; Desporto; Hobbies; Música; Actividades sociais; Teatro e Excursões.

Eis alguns princípios que devem ser observados na prática do desporto para deficientes:

— O jogo ou desporto deve assemelhar-se o mais possível à sua forma normal.

— Deve utilizar-se sempre a capacidade do deficiente e não a sua deficiência.

— Só se deve utilizar equipamento adaptado quando estritamente necessário.

— A actividade deverá ser encarada como um prazer e não como um tratamento.

— A continuidade não deve ser quebrada pelos períodos de férias.

— As pessoas deficientes praticam desportos pela mesma razão que o fazem as pessoas não deficientes, nomeadamente por:

— Recreação; Competição; Estimulação do espírito e do corpo.

O desporto ajuda as pessoas deficientes:

— Na sua própria integração na sociedade.

— A desenvolver ou renovar a sua auto-confiança.

— A aumentar a sua boa disposição.

Sempre que possível, devem ser concedidas facilidades especiais aos deficientes para assistirem a encontros desportivos, tais como desafios de futebol, corridas de cavalos, etc.

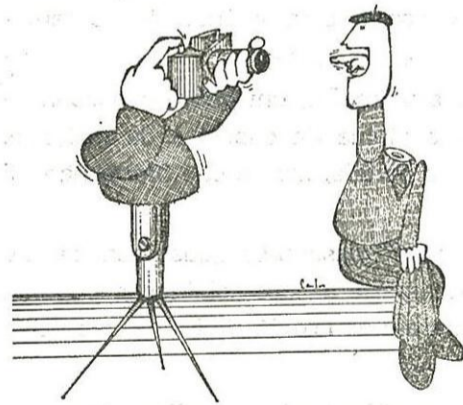
Deve ser incrementada a organização de campeonatos desportivos para deficientes.

OFICINAS-ESCOLA DA ADFA

AS OFICINAS - ESCOLA DA ADFA,

EM CONTÍNUO DESENVOLVIMENTO

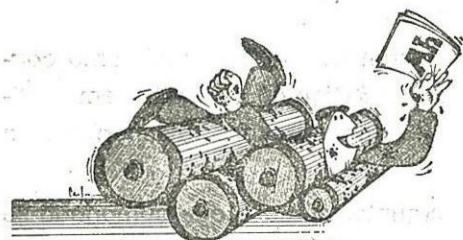
E PROJEÇÃO, ESTÃO APTAS A EXECUTAR TODOS OS TRABALHOS QUE LHES SEJAM ENTREGUES



OFICINA - ESCOLA DE FOTOGRAFIA
Executa todos os trabalhos a preto e branco e também a cores



OFICINA - ESCOLA DE ELECTRÓNICA
Reparações de rádios, televisores e quaisquer outros aparelhos eléctricos



TIPOGRAFIA - ESCOLA
Executa todos os trabalhos de tipografia e encadernação

11 DE MARÇO



DOIS ANOS DEPOIS

Cravos Vermelhos para o monumento ao soldado Luís

O 11 de Março de 1975 ainda está bem presente na memória dos portugueses. A reacção quer interna quer externa não se podia conformar com o desaparecimento dos seus objectivos.

Há dois anos, em plena efervescência revolucionária, o Povo acorreu em socorro dos seus «soldados amigos», entoando slogans, cantando, proferindo palavras de apoio e incitamento à defesa da Revolução.

Nas primeiras horas foi o desespero, a angústia, a desorientação. Depois tudo se esclareceu. E foi a alegria, e foi mais uma vitória da Democracia.

O Povo uniu-se, deixou as querelas estrangeiras que nos dividem e quem perdeu foi a reacção, os continuadores da exploração.

Os reaccionários jamais perdoaram esta vitória. Novas tentativas se seguiram, novas tentativas se seguirão.

O RALIS, então RAL - 1, foi a vítima. E, um pobre e desconhecido soldado tombou para sempre vítima da cobiça e da maldade. Hoje o seu nome está lembrado na parada, mas a sua morte não foi vingada.

Dois anos depois, este dia festivo passou-se quase sem se dar por isso. A chuva teve a sua quota-parte na desmobilização popular. Apenas algumas cerimónias lembraram aquele 11 de Março tão perto e ao mesmo tempo tão longínquo.

De entre essas cerimónias há a assinalar a presença do brigadeiro Vasco Lourenço no RALIS onde depôs uma coroa de cravos vermelhos no monumento ao soldado Luís. A este propósito afirmou o Governador Militar de Lisboa:

«(...) depondo uma cora de flores no monumento do soldado desta Unidade do Exército, vítima de um acto condenável que convém recordar para que servindo de ensinamento, não mais se repita e permita assim às Forças Armadas que cumpram o seu verdadeiro papel nacional».

No Porto o MUP — Movimento de Unidade Popular — promoveu também uma manifestação pública na Praça General Humberto Delgado, para lembrar aquela data.

Igualmente houve uma romagem ao cemitério de Freixo de Baixo, Amarante, onde repousam os restos mortais do infeliz soldado.

Uma pergunta se põe. E hoje?

A nossa Constituição aponta claramente para o socialismo conforme, estipula o seu 2.º artigo. No seu Artigo 46.º, 4, está bem explícito que «não serão consentidas (...) organizações que perfilhem a ideologia fascista».

Creemos não ser descabido perguntar como é que cumprindo-se o que estipula a Constituição, se assista ao ressurgimento do fascismo, à evocação do ditador fascista Salazar e tantos outros atropelos?



Pela imagem que publicamos, poderemos calcular os prejuízos enormes, em vidas e materiais, que causou o sismo que recentemente se fez sentir em vários países da Europa de Leste, com especial incidência na Roménia

Aumento de vencimentos nas Forças Armadas

Na sequência do aumento de 15% para os trabalhadores da função pública foram decretados aumentos, também de 15%, para as Forças Armadas. Assim, nos termos do decreto-lei n.º 75 - V/77 de 28 de Fevereiro, passam a ser os seguintes os vencimentos dos elementos das Forças Armadas.

Postos	Soldos
General de quatro estrelas e vice-almirante	21 800\$00
General e contra-almirante ...	19 800\$00
Brigadeiro e comodoro	17 900\$00
Coronel e capitão - de - mar - e - guerra	16 000\$00
Tenente-coronel e capitão-de-fragata	14 900\$00
Major e capitão-tenente	13 800\$00
Capitão e primeiro-tenente ...	12 700\$00
Tenente e segundo-tenente ...	9 200\$00
Alferes, subtenente e guarda-marinha	8 100\$00
Aspirante a oficial	5 500\$00

Postos	Ordenados
Sargento-mor	11 800\$00
Sargento-chefe	10 100\$00
Sargento-ajudante	7 900\$00
Primeiro-sargento	7 500\$00
Segundo-sargento	7 100\$00
Furriel e sub-sargento	6 700\$00
Segundo-furriel e segundo-sub-sargento	4 500\$00

Postos	Pré mensal
Armada	
Do grupo A:	
Cabo	6 700\$00
Primeiro-marinheiro	6 500\$00
Segundo-marinheiro	4 500\$00
Grumete e reconduzido (a)	6 400\$00
Do extinto quadro da taifa:	
Primeiro-despenseiro (a) ...	7 100\$00
Exército e Força Aérea	
Readmitidas:	
Primeiro-cabo (b)	6 500\$00
Segundo-cabo (b)	6 400\$00
Soldado (b)	6 300\$00
Contratadas (c):	
Primeiro-cabo	4 500\$00
Soldado	4 300\$00

Grandes deficientes das F. A. não abrangidos por legislação poderão em breve ser contemplados pelo decreto-lei 73/76

(Continuação da 1.ª página)

ambiente social que signifique uma mínima reintegração, debatem-se com dificuldades gigantescas que alguns venceram graças a um enorme esforço e outros incansavelmente combatem aguardando há anos a justiça que lhes é devida e que ajudará a vencer essas mesmas dificuldades.

O Ministro da Defesa Nacional está receptivo à situação destes grandes deficientes, que se encontram no Lar Militar ou em casa das suas famílias, compreendendo que estes homens sofreram acidentes durante à prestação do seu serviço militar, embora não em situações de campanha, e que não é justo que fiquem totalmente abandonados a si próprios, até porque afinal eles estavam ao serviço das Forças Armadas.

Não é pelo facto do acidente ter ocorrido em campanha ou não que o deficiente tem problemas, dificuldades e necessidades. Quando se trata de um grande deficiente, em que esses problemas são gigantescos. O facto de ter sido ferido em circunstâncias não directamente relacionadas com o serviço de campanha não vai minimizar esses mesmos problemas. Se é justo que a Nação indemne os militares que em situações de perigosidade se deficientaram, proporcionando-lhes os meios necessários à sua reintegração social, é terrivelmente injusto que aqueles que se deficientaram, também enquanto nas fileiras, em circunstâncias diferentes, não lhe sejam proporcionados esses meios, que sejam privados da vida em sociedade sem condições mínimas.

O Ministro da Defesa Nacional está receptivo a estas situações e está empenhado em solucionar a situação daqueles que se debatem com grandes problemas (grandes deficientes) independentemente do local onde foi contraída a deficiência, uma vez que ao serviço das Forças Armadas.

NOTICIÁRIO

ESTADOS UNIDOS CONFIRMAM INGERÊNCIA NO GOLPE FASCISTA DO CHILE

Um facto que merece destaque e que deixou muita gente boquiaberta foram as declarações proferidas em Genebra por Brandy Tyson, representante americano na reunião da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Efectivamente o representante americano durante a sua alocução declarou que os Estados Unidos expressam o seu pesar por terem participado no derrubamento do governo socialista chileno. Tyson disse ainda que certos funcionários americanos assim como organizações públicas e privadas estiveram envolvidos em actos de subversão contra o governo de Salvador Allende que foi democraticamente eleito.

Brandy Tyson declarou que era co-autor com Cuba dum projecto de condenação do Chile, em consequência da institucionalização da tortura.

Mas as suas declarações não ficaram por aí. Criticou também os regimes argentino, brasileiro e uruguaio, pedindo uma investigação sobre os desaparecimentos de presos políticos nesses países.

O representante norte-americano propôs a criação de um grupo de trabalho especial para investigar as violações dos direitos humanos no Chile, Argentina, Brasil e Uruguai.

Como seria de esperar tais vigorosas e surpreendentes declarações provocaram vivas reacções dos visados.

DESERTORES E REFRACTÁRIOS OCUPAM EMBAIXADA

No dia 9 do corrente cerca de uma vintena de desertores e refractários da guerra colonial, ocuparam a embaixada portuguesa em Bruxelas.

Pretendiam os ocupantes chamar a atenção para a situação em que se encontram.

Não será demais salientar que centenas, milhares de jovens, chegados à altura de ingressarem nas fileiras do exército colonial-fascista, tudo abandonaram para não se tornarem em mais um objecto nas mãos dos (in)responsáveis governamentais.

Mais de dois anos após o fim da guerra colonial e eis que a situação destes anti-fascistas ainda não está definida.

É altura mais que suficiente para que o Governo se debruce cabalmente sobre a situação destes portugueses, ainda forçados ao exílio.

Se para alguns o abandono a que votaram o exército, se pode classificar como «aventura», não nos poderemos esquecer que para a grande maioria tal atitude tem razões sobejamente conhecidas, como o desejo de verem o fim da guerra e a democratização das Forças Armadas, sustentáculo dessa mesma guerra.

Voltando à questão da ocupação da embaixada, a mesma fez-se em moldes pacíficos, embora as forças policiais belgas tomassem posições as mesmas não chegaram a intervir.

EXIGÊNCIAS

É do seguinte teor o texto do comunicado que os ocupantes divulgaram:

«Um grupo de desertores e refractários do Exército Colonial Português, residentes na Bélgica, ocupou pacificamente a Embaixada portuguesa.

Na ocasião da vinda de Mário Soares a Bruxelas protestamos energicamente contra as sanções políticas de que somos vítimas em Portugal e que se traduzem na imposição de

elevadas multas. Insurgimo-nos contra o facto de a partir de 31 deste mês, na ausência de verdadeira e total amnistia que exigimos, nos encontrarmos exactamente na mesma situação e sermos vítimas das mesmas leis do tempo do fascismo. Exigimos total amnistia, a abolição do decreto 504/76 e da multa de 600 escudos que este nos impõe.»

SUBORNO EM ITÁLIA DOIS EX-MINISTROS NO BANCO DOS RÉUS

Os serviços judiciais italianos resolveram levar a tribunal dois ex-ministros da Defesa envolvidos naquilo que se classificou como «o escândalo Lockheed».

Nos últimos tempos, temos sido surpreendidos pela enorme quantidade de altas individualidades que aceitaram «luvas» daquela firma americana de aviões. Foi o marido da rainha Juliana da Holanda, foi o ex-primeiro ministro Japonês e já houve periódicos que alvitaram que o «escândalo Lockheed» também atingiu individualidades portuguesas. O periódico não citava nomes e como até há data nunca mais se tocou em tal assunto estamos em crer que se tratava de especulação jornalística.

Mas voltando à Itália, os antigos ministros da Defesa, Luigi Gui, democrata cristão e Mário Tanassi, social democrata, foram acusados de receberem cerca de 500 mil contos da firma «Lockheed» a fim desta conseguir um contrato destinado a fornecer à Itália, 14 aviões de transporte «Hércules».

Os visados declararam-se inocentes, alegando que tal acusação mais não era que uma clara provocação dos comunistas que neste momento estão presentes no Governo.

Tudo leva a crer que com este julgamento as relações entre os democratas cristãos e os comunistas se tornem tensas demais para uma colaboração. Esta é a opinião que observadores extraem das declarações que o ex-primeiro ministro democrata cristão — Aldoro Moro — proferiu durante a instauração do processo.

REACÇÕES DO CHILE E DO URUGUAI

Na sequência das afirmações de Tyson em Genebra os delegados chilenos e urugaios declararam: «Nós não seremos jamais as vítimas dos erros dos Estados Unidos no Vietname — declarou o delegado chileno — não queremos que a América Latina seja convertida numa nova Indochina. Nós sabemos evitar uma guerra de 10 anos e um milhão de mortos».

Por seu turno o delegado do Uruguai, país igualmente visado pelas declarações de Tyson e onde os direitos do Homem não passam de um simples papel, apresentou-se perante a comissão como «o advogado do Chile e da América Latina contra a intervenção inaceitável dos Estados Unidos».

O mesmo delegado acusou a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas de proceder a uma «justiça selectiva» ao tratar dos problemas latino-americanos após renúncia em relação ao Líbano. Disse ainda que deplojava a «conspiração do silêncio sobre a situação em África, e que «O Uruguai respeita as posições da Organização de Unidade Africana».

NO BRASIL E NOS EUA

Como «agravo intolerável à soberania nacional» foi como o Governo de Brasília classificou as declarações de Tyson sobre a situação dos direitos do homem no Brasil. Fontes oficiais declararam que tais afirmações provocaram «novas reacções por parte do governo brasileiro».

NA AMÉRICA

Por seu turno os meios oficiais americanos reagiram energicamente contra as declarações a que temos feito referência.

Enquanto isto o delegado americano admitiu ter «ultrapassado as instruções» considerando-se desautorizado pelo Departamento de Estado, para emitir a sua pena profunda pelo papel desempenhado pelo seu país no derube do governo socialista de Salvador Allende.

A respeito destas declarações o porta voz da Casa Branca, Jody Powell afirmou:

«O presidente não foi consultado sobre esta questão e nem foi ouvido».

Interrogado pelos jornalistas, Brandy Tyson admitiu ter «ultrapassado as instruções». Disse ainda que foram declarações «pessoais de que não me arrependo. Não esperava no entanto, que provocassem tais reacções. Caso contrário, ter-me-ia expremido de maneira diferente».

56.º ANIVERSÁRIO DO PCP

No passado 6 de Março o Partido Comunista Português celebrou o seu 56.º aniversário. O PCP é o mais «idoso» Partido Nacional.

Durante as festividades por ocasião de mais um aniversário em que milhares de militantes daquele partido se concentraram, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP pronunciou um longo discurso, onde abordou abordou diversos temas da actualidade nacional, cujo tema principal foram as recentes medidas económicas recentemente tomadas pelo governo e as consequências da mesma para os Portugueses.

Perante milhares de pessoas que enchiam por completo as vastas instalações da Feira Internacional de Lisboa, o secretário-geral do PCP disse em determinado momento do seu extenso discurso, referindo-se às recentes medidas tomadas pelo 1.º Governo Constitucional da 2.ª República Portuguesa: «Se o CDS, o PPD, a CAP e a CIP, aprovam, é mesmo impossível, que os trabalhadores as apoiem também».

«Destas medidas resultará o agravamento das condições de vida dos trabalhadores (...) e no conjunto contribuirão para o agravamento da situação em geral».

Noutra altura da sua intervenção, Álvaro Cunhal criticou o governo por promover a recuperação capitalista e de alheamento ao sector público. Salientou ainda que considerava «escandaloso que esta política seja anunciada no preciso momento em que se anuncia o pagamento de indemnizações aos capitalistas».

Em relação à adesão de Portugal ao Mercado Comum, aquele orador salientou, que tal adesão a verificar-se seria «um verdadeiro desastre para a economia portuguesa». Fazendo-se eco de uma entrevista dada por Mário Soares em 1974, em que este se manifestava contra tal adesão à CEE, Álvaro Cunhal perguntou que teria mudado para o secretário-geral do PS para que pensasse de maneira oposta.

Disse também que hoje a nossa capacidade de resposta às exigências dos mercados externo e interno é menor que em 1974.

Mostrou-se ainda disposto a colaborar com o Governo defendendo uma política de cooperação.

Ainda durante as mesmas cerimónias, outro orador, Carlos Costa, chamou ao «cabaz de compras» recentemente divulgado pelo governo «um pequeno saco de plástico».

BENTO GONÇALVES



Bento António Gonçalves, nasceu no dia 2 de Março de 1902. Filho de camponeses, torna-se operário metalúrgico onde inicia a sua luta em prol dos explorados.

Como operário do Arsenal da Marinha, chefia em 1927 uma delegação operária à URSS.

Em 1929, na Conferência Nacional do Partido foi eleito secretário-geral. Após esta conferência, realizada em Abril, o Partido inicia a luta ilegal sob a ditadura fascista, instalada no Poder desde o ano anterior. Em 1931, Bento Gonçalves foi preso e deportado para Angra e depois para o recém-criado campo de concentração do Tarrafal.

A prisão não lhe arrefeceu os seus nobres ideais. Após a sua libertação continuou a ocupar o seu posto de combate, e em 1935 chefiou a delegação do Partido ao VII Congresso da Internacional Comunista realizado na URSS.

No dia 11 de Novembro de 1935 foi novamente preso e em Janeiro

MÁRTIR

DO

FASCISMO

seguinte nova e última deportação. Primeiro foi Angra e em Outubro novamente o horroroso campo de concentração do Tarrafal onde veio a falecer em 11 de Setembro de 1942 vítima da brutalidade do monstro fascista.

A sua elevada moral revolucionária e a grande capacidade política nunca abrandaram. Na prisão exerceu uma grande acção educativa entre os camaradas presos permanecendo assim como guia de todos os companheiros e um exemplo heróico de conduta revolucionária.

Dirigente político incontestável, revolucionário convicto, jamais vergou às humilhações dos seus cárceres.

Em singela homenagem o «Elo» recorda este mártir do fascismo morto pela liberdade do seu Povo, seu defensor incansável. A sua memória perpetuará em todos os homens que desejam uma vida livre e digna.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ — Cerca de um terço dos habitantes da RDA é formado por leitores inscritos nas bibliotecas públicas. Cada alemão oriental tomou emprestado em 1975, em média, cinco livros. As bibliotecas possuem mais de 65 milhões de livros que são emprestados gratuitamente. Cerca de 95 por cento das famílias da RDA possuem livros. Mais de um terço das famílias possuem bibliotecas caseiras que comportam entre 30 e 100 volumes no mínimo.

MERCENÁRIOS — A embaixada dos EUA em Lusaca confirmou que norte-americanos estão a combater como mercenários na Rodésia contra guerrilheiros nacionalistas negros. Segundo uma estimativa calcula-se em 400 o número de mercenários americanos entre os 1 200 que combatem a favor do governo racista de Ian Smith.

8 DE MARÇO

Dia Internacional da Mulher

Anualmente a data repete-se. Em «tempos que já lá vão» certas datas eram «passadas por cima». Datas bem significativas como o oito de Março, o primeiro de Maio, etc.

Depois do 25 de Abril, estas datas puderam passar a ser festejadas, com a grandiosidade que merecem.

O oito de Março é mais que um simples dia do calendário.

Recuando no tempo, «vemos» as longas lutas que a mulher travou pela sua emancipação. O direito ao voto, o direito de exercer a sua profissão remunerada.

Os pensamentos arcaicos que relegavam a mulher para segundo plano, já foram arquivados no lugar que merecem — o caixote do lixo.

Embora ainda hajam saudosistas dos tempos em que a mulher era apenas um objecto, que servia para preparar as refeições, costurar a roupa do marido e dos filhos, ou enfeitar-se para ser cantada pelos poetas melo-românticos.

A partir da luta heróica das sufragistas, e principalmente das operárias têxteis norte-americanas que em 1910 levaram a bom termo a sua dura luta, tombando algumas no honroso campo de batalha, a mulher, decididamente tem rompido, e cada vez mais, as correntes que a oprimiam.

Hoje a mulher deixou de ser exclusivamente mãe e doméstica. Ela ocupa todos os lugares ao lado do homem. O seu trabalho é um contributo indispensável para o equilíbrio financeiro do lar.

A emancipação da mulher é um facto que não podemos ignorar, mau grado certas atitudes perfeitamente ridículas de algumas mulheres que, com manifestações polémicas e atitudes idiotas, tentam desvirtuar o verdadeiro sentido da emancipação feminina. Mas, é claro, que não poderemos ver nessas incompreensíveis manifestações a determinação da mulher.

Não é no frequentar o café, usar calças, fumar, etc., etc., que a mulher se emancipa. A sua emancipação é mais vasta, mais profunda, ela luta contra a discriminação salarial, contra a dupla exploração e, com certeza absoluta, que a sua dura luta não irá ser abafada por atitudes menos reflectidas.

POLUIÇÃO — As crianças de uma escola primária de Kitakyushu, uma cidade no Sul do Japão, adoeceram com tantas doenças do aparelho respiratório, devido à poluição da atmosfera, que tiveram que ser evacuadas. Cerca de 14 toneladas de fuligem industrial caem, todos os meses, em cada quilómetro quadrado, daquela cidade. Por tal motivo os 133 alunos tiveram que ser transferidos para outra escola fora da cidade.

didato a desmaiado terá que o observar escrupulosamente o regulamento que transcrevemos:

«O soldado deve girar cerca de 45 graus, pôr-se de cócoras e cair para a esquerda sem deixar cair a arma, para não se magoar nem causar prejuízos aos haveres do exército». Segundo disse o deputado conservador, John Reynolds, «devemos zelar para que os soldados que não obedecerem às instruções sejam castigados».

PEQUENAS NOTÍCIAS

DISSIDENTE — O dissidente soviético Vladimir Bukovsky, de 34 anos, que recentemente saiu da URSS em troca de Luís Corvalan do Chile, encontra-se presentemente nos Estados Unidos. Segundo noticiam as agências de informação, Bukovsky assimilou rapidamente os hábitos ocidentais. Assim ao ser contactado para aparecer num programa da cadeia de televisão NBC, aquele dissidente soviético reclamou a quantia de 3 000 dólares para tal.

EQUADOR — As Forças Armadas do Equador entregarão directamente o poder ao presidente eleito e assim não haverá governo provisório nem de transição.

JORNAL «ELO»

TODOS OS ARTIGOS

NÃO ASSINADOS SÃO

DA

RESPONSABILIDADE

DA REDACÇÃO

HAITI — Membros do Movimento para a Nova Independência do Haiti, afirmaram em Caracas que se encontram presas no seu país mais de 4 mil pessoas por motivos políticos, além dos assassinatos cometidos pelos mesmos motivos que segundo aqueles indivíduos, calculam em 30 mil.

REGULAMENTO PARA DESMAIAR — Os militares canadianos estão superiormente autorizados a desmaiarem, durante as paradas e desfiles militares. Mas o militar can-